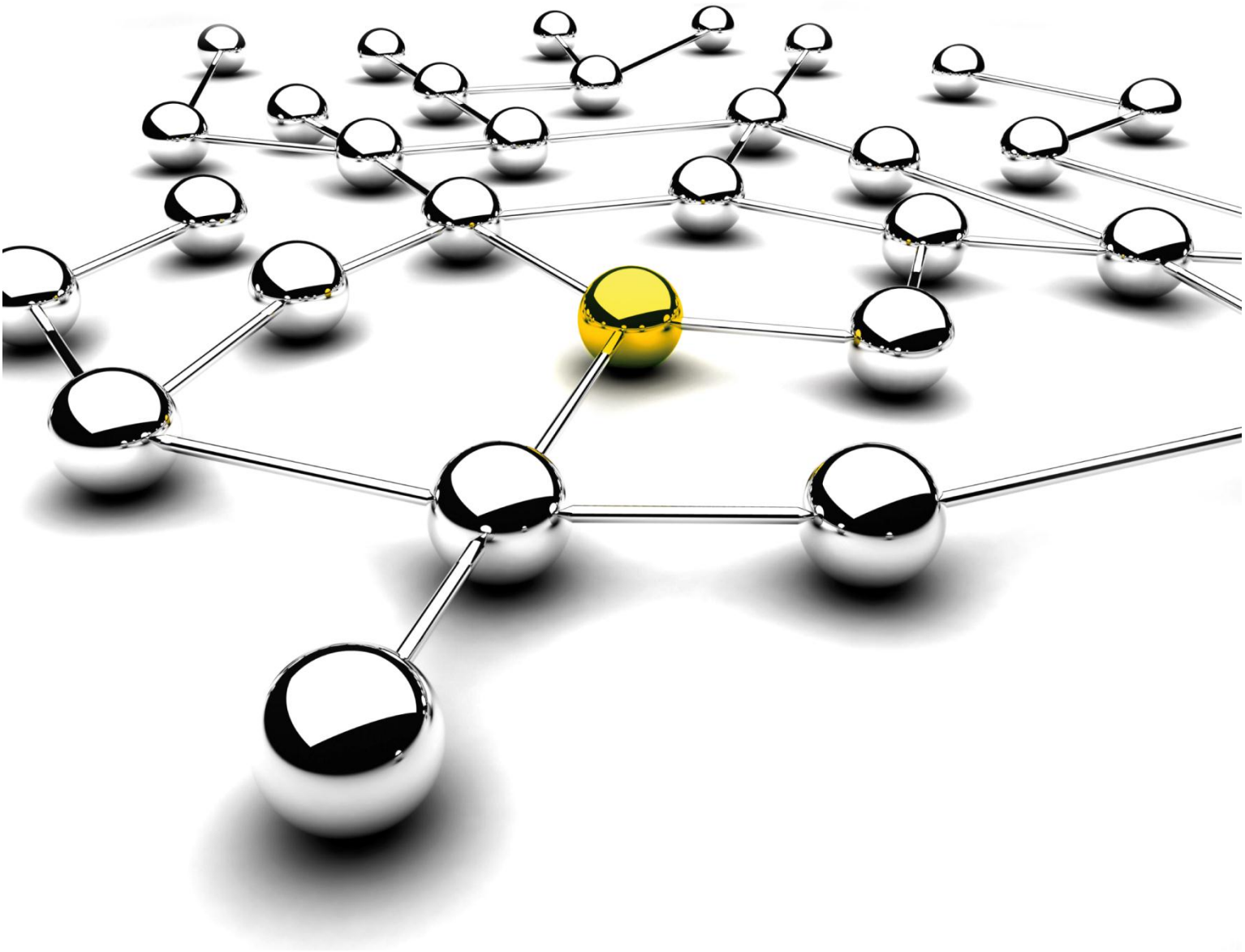


SEE

Sector Empresarial do Estado

Relatório 2014

outubro 2014

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2014”
é uma publicação da
Direção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na *Internet*: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt

As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da atividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidos.

ÍNDICE

0. SUMÁRIO EXECUTIVO ---------- 7

1. INTRODUÇÃO ---------- 9

2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO ---------- 10

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF ---------- 12

3.1. Apreciação Global ---------- 12
3.1.1. EBITDA ajustado - Transportes e Infraestrutura ferroviária ---------- 16
3.2. Sector da Saúde ---------- 17
3.3. Análise por sectores de Atividade ---------- 21
3.3.1. Comunicação Social ---------- 21
3.3.2. Cultura ---------- 22
3.3.3. Gestão de Infraestruturas ---------- 25
3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental ---------- 27
3.3.5. Transportes ---------- 29
3.3.6. Grupo Parpública ---------- 33

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS ---------- 36

4.2. Grupo Caixa Geral de Depósitos ---------- 36

5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE (EXCLUINDO GRUPO PARPÚBLICA) ---------- 40

5.1. Investimento direto do SEE ---------- 40
5.2. Financiamento Global das EPNF ---------- 42
5.3. Limite ao endividamento das EPNF ---------- 46

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO ---------- 47

6.1. Indemnizações Compensatórias ---------- 48
6.2. Dotações de Capital ---------- 50
6.3. Empréstimos ---------- 51
6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades ---------- 52
6.5. Garantias Concedidas ---------- 52
6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas ---------- 54

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário ---------- 55
6.8. Programa de Recapitalização da Banca ---------- 56

7. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES ---------- 58

8. INSTRUMENTOS DE GESTÃO RISCO FINANCEIRO ---------- 60

9. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO ---------- 62

10. PESO DO SEE NA ECONOMIA ---------- 64

10.1. Peso no Produto Interno Bruto ---------- 64
10.2. Peso no Emprego ---------- 65
10.3. Produtividade relativa do SEE ---------- 65

11. ANEXOS ---------- 66

11.1. Empresas Públicas em 2013 e 2012 ---------- 66
11.2. Outras Participações (carteira acessória) ---------- 69
11.3. Empresas em liquidação ---------- 70
11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2013 ---------- 71
11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2012 ---------- 72
11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2013 ---------- 73
11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2012 ---------- 74
11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2013/2012 ---------- 75
11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2013/2012 ---------- 76
11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2013/2012 ---------- 77
11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2013/2012 ---------- 78
11.12. Legislação ---------- 79

Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviaturas	Significado
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGRF	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro
ILDs	Infraestruturas de Longa Duração
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
MtM	Mark to Market
PIB_{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCMS	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPA	Sector Público Administrativo
UTE	Unidade de Tesouraria do Estado

Conceitos	Fórmulas
Autonomia Financeira	Capital Próprio/ Total do Ativo
EBITDA	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Ativo Não Corrente)
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VAB_{cf} / N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/ Total do Passivo
VAB_{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores
VAB_{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB_{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

0. SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o exercício de 2013 foi publicado o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (adiante "RJSPE"), alterando substancialmente o quadro normativo aplicável às entidades incluídas no referido sector.

De entre as alterações implementadas destacam-se, em particular:

- O alargamento do âmbito sectorial de aplicação do regime jurídico a partir do conceito de sector público empresarial que reúne o Sector Empresarial do Estado (SEE) e o Sector Empresarial Local (SEL);
- A redefinição do universo das empresa públicas, o qual passou a abranger todas as organizações empresariais em que o Estado, ou outras entidades públicas, possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante;
- O estabelecimento de regras no que se refere ao endividamento das empresas públicas não financeiras, designadamente, sujeitando a autorização da DGTF e parecer prévio favorável, emitido pela Agencia de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública E.P.E. (IGCP), todas as operações de financiamento e as relativas a derivados excepto as das empresas não reclassificadas em termos orçamentais, que, numa base anual, apresentem capital próprio positivo;
- A limitação do acesso a financiamentos junto da banca comercial por parte das empresas do SEE que sejam integradas no sector das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, com exceção dos casos em que o financiamento pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças seja vedado por razões concorrenciais;
- A Introdução de um novo modelo de exercício da função acionista, que passa a ser assegurado exclusivamente pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, com a necessária articulação com o membro do Governo responsável pelo sector de atividade; e
- A criação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial como estrutura especializada no acompanhamento do exercício da atividade empresarial pública.

No exercício de 2013, o conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF), excluindo o sector da Saúde, registou um resultado líquido agregado positivo de 337 M€ o que representa uma melhoria de 885 M€ face ao ano de 2012. Para o resultado alcançado contribuíram os resultados operacionais que aumentaram 424 M€, passando para 1.752 M€, ou seja, mais 31,9% relativamente ao exercício de 2012, e os resultados financeiros que melhoraram 458 M€, situando-se agora em -1.243 M€, ou seja, mais 26,9% relativamente ao exercício de 2012.

Esta evolução é justificada na sua maioria, pela liquidação antecipada de instrumentos de gestão do risco financeiro das empresas do SEE.

À melhoria verificada no desempenho económico das empresas correspondeu o aumento da capacidade de libertação de meios resultantes da sua atividade operacional, tendo-se registado um EBITDA agregado de 2.792 M€, o que consubstancia um acréscimo de 17% face ao exercício anterior.

Um fator decisivo para esta melhoria foi o resultado atingido pela Parpública nas operações de reprivatização da ANA, CTT e EDP, que geraram uma mais-valia de cerca de 544 M€.

Ao nível dos resultados operacionais, destaca-se ainda o contributo positivo do sector dos Transportes que registou uma melhoria de 44 M€.

A solvabilidade e a autonomia financeira destas empresas, registou uma melhoria face a 2012. Apesar dos capitais próprios terem melhorado em 16,5% face a 2012, continuaram a registar um valor negativo em 2013.

No sector da Saúde é de salientar a melhoria de 110 M€ do resultado líquido que no final de 2013 apresenta um valor negativo de 231 M€, ou seja, +32,2% face ao exercício de 2012.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da missão da Direção-Geral do Tesouro e Finanças de exercício da função acionista do Estado e do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), procede-se à apreciação da situação económica e financeira das empresas públicas com participação direta do Estado, reportada a 31 de dezembro de 2013, e sobre os aspetos mais relevantes da atividade do Estado enquanto acionista.

O SEE integra um vasto conjunto de empresas detidas ou participadas pelo Estado, cuja atividade abrange os mais diversos sectores de atividade, como a construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais e a prestação de serviços públicos essenciais, constituindo um importante instrumento de política económica e social.

A generalidade destas empresas utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e outras existindo ainda outras que utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As entidades públicas empresariais (EPE) do sector da Saúde, até ao final de 2013, não se encontravam obrigadas à adoção do SNC, pelo que mantiveram as suas contas em POC não podendo, por essa razão e pela sua especificidade, ser agregadas com as restantes empresas.

Essa situação foi alterada com a publicação do Despacho n.º 1507/2014, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, na 2.ª série do Diário da República n.º 21, de 30 de janeiro, o qual obriga as entidades públicas empresariais da área da Saúde a adotar o SNC a partir do exercício de 2014.

A informação financeira de 2012 poderá divergir dos dados do relatório do ano anterior, decorrente da reexpressão contabilística das demonstrações financeiras e das alterações verificadas na carteira do Estado.

O processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes, para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas, foi desenvolvido com recurso aos dados disponibilizados pelas empresas públicas através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

Importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Investimento e financiamento do SEE;
- Esforço financeiro do Estado;
- Extensão das responsabilidades contingentes;
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE);
- Peso do SEE na economia.

2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de dezembro de 2013, o Estado detinha diretamente, através da DGTF, um universo de 84 empresas públicas com participação direta relevante (**Anexo 11.1.**), cujo valor nominal ascendia a 34.397 M€, incluindo as entidades públicas empresariais.

Para além das empresas públicas que são objeto de análise no presente relatório, integram também o SEE um vasto conjunto de empresas cuja manutenção na posse do Estado se reveste de carácter excecional ou transitório e que se encontram agrupadas na chamada "carteira acessória" de participações do Estado, identificadas no **Anexo 11.2.**. O SEE inclui ainda as empresas em processo de liquidação, identificadas no **Anexo 11.3.**.

No **Quadro 2.1.** apresentam-se as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2013.

Quadro 2.1.
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

Sector		Ano 2013	Ano 2012	Entradas	Saídas	Var.
Partcipações Relevantes	Comunicação Social	2	2			0
	Cultura	3	3			0
	Gestão de Infraestruturas	11	11	Parque Escolar, EPE	ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA	0
	Requalificação Urbana e Ambiental	6	7		Costa Polis, SA	-1
	Saúde	39	40	Centro Hospitalar do Algarve, EPE Centro Hospitalar de Leiria, EPE	Centro Hospitalar do Barlavento Algravio, EPE Hospital de Faro, EPE Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE	-1
	Transportes	7	7			0
	Parpública	1	1			0
	Outros Sectores	10	11		Parque Escolar, EPE	-1
	Empresas Públicas Financeiras	3	3			0
	Empresas Sediadas no Estrangeiro	1	1			0
	Organismos Internacionais	1	1			0
	subtotal (1)	**84**	**87**			
Outras partcipações	Carteira Acessória	29	27	BANIF - Banco Internacional do Funchal, SA Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, SA Mac Coelho Norvalor	ENI - Gestão de Planos Sociais, SA CIMPOFIN - Projetos Técnicos e Financeiros, S	+2
	TOTAL	**113**	**114**			

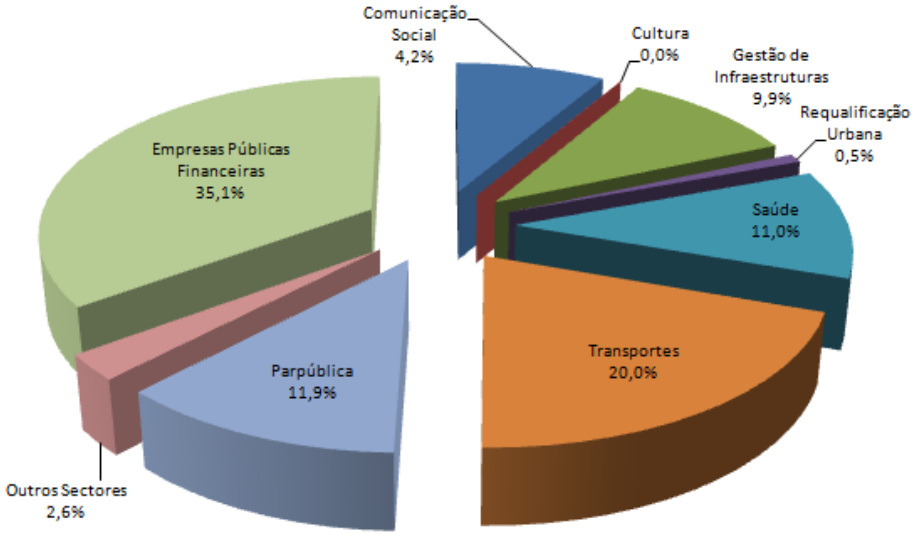
Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas, a estrutura do SEE por sectores de atividade é a representada no **Gráfico 2.1.**[1].

O sector das Empresas Públicas Financeiras, do qual se destaca a Caixa Geral de Depósitos (CGD), corresponde no conjunto a cerca de 35,1% do montante global das participações sociais do Estado.

Das Empresas Públicas Não Financeiras destaca-se o sector dos Transportes com 20% e a PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., *holding* do Estado que assume um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e de património imobiliário e cuja carteira de participações em empresas do grupo e associadas ascendia a 2.529 M€ em 31 de dezembro de 2013, representa 11,9% do total das participações do Estado.

Gráfico 2.1.
Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31-12-2013)
Estrutura de Participações por Sectores de Actividade



Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

[1] Não foi considerada a participação no Mecanismo Europeu de Estabilidade

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global[2]

O conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras[3] (EPNF) registou, em 2013, uma substancial melhoria do resultado líquido agregado face ao ano anterior, alcançando um valor positivo de 337 M€ (**Quadro 3.1.1.**), explicado não apenas pela evolução positiva dos resultados operacionais, como também dos resultados financeiros.

Os resultados operacionais após subsídios cresceram 424 M€ (+31,9%) face a 2012. A melhoria verificada deve-se na sua maioria ao contributo da Parpública, que obteve uma mais-valia de 544 M€ com as operações de alienação de participações, nomeadamente da ANA, da CTT e da EDP, e ao contributo da ENMC decorrente do aumento de 182 M€ do volume de negócios, através da alienação de parte das reservas de crude, no sentido de gerar mais-valias para fazer face às necessidades decorrentes do cancelamento antecipado do instrumento financeiro derivado.

De salientar ainda, o contributo do sector dos Transportes com melhorias de 44 M€ no resultado operacional, derivado do crescimento dos resultados no ML e na CP.

Os resultados financeiros globais registaram uma redução do prejuízo em cerca de 458 M€, para um total de -1.243 M€ em 2013, em virtude do cancelamento das operações de instrumentos financeiros derivados.

Quadro 3.1.1.
Empresas Públicas Não Financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	Globais			
	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	1.418.628	978.205	440.423	45,0%
Resultado operacional após subsídios	1.752.001	1.328.086	423.915	31,9%
Resultado financeiro	(1.242.627)	(1.700.489)	457.862	26,9%
Resultado líquido	**336.696**	**(548.153)**	**884.849**	**161,4%**
EBITDA	2.791.574	2.385.301	406.273	17,0%
Margem EBITDA	39,9%	32,9%	7,0 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

[2] Apreciação Global das EPNF, sem o sector da Saúde.
[3] As empresas públicas financeiras (EPF) são objeto de apreciação no **Ponto 4.** deste relatório.

O desempenho económico das empresas que constituem o SEE refletiu-se no aumento da capacidade de libertação de meios resultantes da sua atividade operacional, tendo-se registado um EBITDA agregado de 2.792 M€, o que consubstancia um acréscimo de 17% face ao exercício anterior.

O **Quadro 3.1.2.**, reflete os resultados atingidos em cada sector entre 2012 e 2013 no qual a Parpública regista uma variação nos resultados operacionais de 344 M€, o sector Outros uma variação de 86 M€ e o sector dos Transportes de 44 M€.

O desempenho do sector das Infraestruturas foi determinado pelos resultados obtidos pela EDIA (-26 M€), pela EP (-15 M€) e pela REFER (-12 M€).

Quadro 3.1.2.
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2013 / 2012 - Por sectores

Milhares de euros

Sectores	Variações de R. operacionais	Variações de R. financeiros	Variações de R. líquidos
Comunicação Social	1.931	(35.393)	(27.102)
Cultura	689	(9)	645
Infraestruturas	(50.366)	2.600	(41.872)
Req. Urbana e Ambiental	(2.043)	1.316	(60)
Transportes	44.291	577.534	622.017
Parpública	343.534	23.466	370.261
Outros	85.880	(111.652)	(39.039)
Variação Total das EPNF	**423.915**	**457.862**	**884.849**

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A melhoria de 578 M€ dos resultados financeiros obtida no sector dos Transportes mais do que compensou o agravamento verificado no sector Outros, no qual o resultado financeiro sofreu uma deterioração devido à contabilização da liquidação antecipada do *swap* da ENMC.

Ao nível dos resultados líquidos, destaca-se o sector dos Transportes (+622 M€) e da Parpública (+370 M€), alcançando um total de -331 M€ e 801 M€, respetivamente. Enquanto os sectores das Infraestruturas, Outros e Comunicação Social agravaram os seus resultados em 42 M€, 39 M€ e 27 M€, respetivamente.

Quadro 3.1.3.
Empresas Públicas Não Financeiras
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	Globais			
	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	6.989.648	7.249.081	(259.432)	-3,6%
Gastos com Pessoal	1.766.982	1.574.346	192.636	12,2%
VAB*cf*	**3.528.201**	**3.246.096**	**282.104**	**8,7%**
N.º médio de trabalhadores	37.236	41.411	(4.175)	-10,1%
VAB*cf per capita*	94,8	78,4	16,4	20,9%

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

Em termos operacionais, verifica-se uma quebra do volume de negócios em 259 M€ face a 2012, essencialmente decorrente da diminuição da atividade de construção no sector das Infraestruturas (-596 M€) que se sobrepôs ao aumento na Parpública (+237 M€) e no sector Outros (+149 M€).

Os gastos com pessoal registaram um crescimento de 12,2% em 2013, decorrente essencialmente do aumento do pagamento de indemnizações por rescisão de contrato de trabalho, bem como pelo pagamento de subsídio de Natal e de férias em 2013.

A diminuição do efetivo médio em 4.175, equivalente a 10,1% face ao encerramento do exercício de 2012, acentua a redução verificada nos últimos anos com fortes implicações positivas em futuros exercícios.

A produtividade média dos trabalhadores – medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de fatores (VABcf) per capita – registou um acréscimo de 16,4, em termos nominais.

Quadro 3.1.4.
Empresas Públicas Não Financeiras
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	Globais			
	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**58.791.838**	**60.885.166**	**(2.093.328)**	**-3,4%**
Capital próprio	**(1.782.069)**	**(2.133.106)**	**351.037**	**16,5%**
Interesses minoritários	511.643	680.256	(168.613)	-24,8%
Passivo	**60.573.907**	**63.018.271**	**(2.444.364)**	**-3,9%**
Autonomia financeira (%)	-3,0%	-3,5%	0,5 p.p.	
Solvabilidade (%)	-2,9%	-3,4%	0,4 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	97,2%	101,6%	-4,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

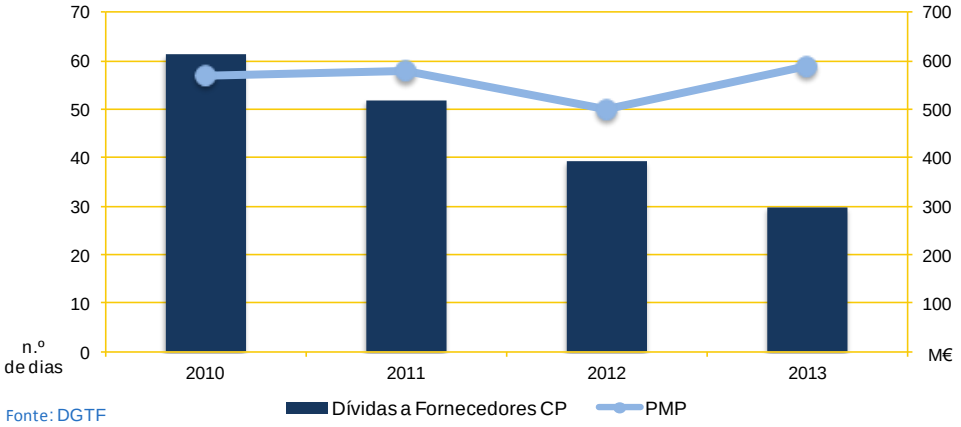
Em 2013 o ativo do conjunto destas empresas reduziu-se em cerca de 2.093 M€, conforme ilustra o **Quadro 3.1.4.**. Deste valor é de destacar que cerca de 2.000 M€ respeitam a ativos da ANA alienados na operação de privatização.

Apesar do nível dos capitais próprios se manter negativo, assinala-se a melhoria de 351 M€ (+16,5%) face a 2012, registando agora um total de -1.782 M€.

O passivo agregado das EPNF registou um decréscimo de 2.444 M€ relativamente a 2012, refletindo igualmente o efeito da privatização da ANA.

O gráfico seguinte representa a evolução do prazo médio de pagamentos das EPNF, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), conjugado com o saldo médio de dívidas a terceiros.

Gráfico 3.1.1.
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos



Fonte: DGTF

Em 2013, acentuou-se a redução do volume de dívidas a fornecedores, situando-se abaixo dos 300 M€, não obstante a conjuntura financeira particularmente difícil que o SEE teve de enfrentar. Apesar da redução de dívidas a fornecedores, verifica-se um atrasar do pagamento, com o PMP a registar um crescimento de 9 dias, atingindo os 59 dias.

3.1.1. EBITDA ajustado - Transportes e Infraestrutura ferroviária

No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária.

Para o efeito, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010, expurgado de variações de justo valor e rúbricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de investimento em redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução de 296 M€, entre os anos de 2010 a 2013, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, excluindo a reintrodução dos subsídios de Natal e de férias em 2013,

Com efeito, numa base comparável, o EBITDA ajustado passou de 5 M€ em 2012 para 51 M€ em 2013. A decisão de reintrodução dos subsídios teve um impacto de 48 M€ neste sector, degradando o EBITDA ajustado total para 4 M€.

Quadro 3.1.1. – EBITDA ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	2010	2011	2012	2013	Δ 2010-2013
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	549.380,4	563.100,8	596.029,6	613.354,9	63.974,5
Indemnizações Compensatórias	198.902,6	218.337,3	171.916,2	171.915,7	-26.986,9
Outros subsídios e compensações financeiras	4.675,2	6.496,4	7.151,8	6.205,1	1.529,9
RECEITAS OPERACIONAIS	**752.958,1**	**787.934,5**	**775.097,6**	**791.475,7**	**38.517,5**
CMVMC	83.634,6	82.388,5	47.523,2	46.369,8	-37.264,8
FSE (s/ IFRIC)	458.094,0	417.121,2	394.716,6	390.936,7	-67.157,3
Custos com Pessoal sem reintrodução de subsídios de férias e natal **(1)**	456.360,8	385.286,0	328.241,7	303.051,6	-153.309,2
DESPESAS OPERACIONAIS	**998.089,4**	**884.795,7**	**770.481,5**	**740.358,1**	**-257.731,3**
EBITDAr (sem reintrodução de subsídios)	**-245.131,3**	**-96.861,2**	**4.616,2**	**51.117,5**	**296.248,8**
Encargos decorrentes da reintrodução de subsídios			9,3	47.661,8	
Custos com Pessoal	456.360,8	385.286,0	328.251,0	350.713,4	-105.647,4
EBITDAr	**-245.131,3**	**-96.861,2**	**4.606,9**	**3.455,7**	**248.587,0**
(1) Excludindo custos com rescisões, no valor de:	14.078,7	47.678,9	11.617,8	17.493,1	

Fonte: Ministério da Economia

3.2. Sector da Saúde

No decorrer de 2013 prosseguiu o processo de reorganização do sector da Saúde, tendo por objetivo a otimização da oferta dos serviços de saúde com uma gestão mais racionalizada da procura, permitindo alcançar uma maior eficiência.

O modelo seguido, de integração total de cuidados, contribuirá para o aumento de eficiência dos serviços. Entre outras consequências, proporcionou desde logo a redução, em cerca de metade, da estrutura orgânica, administrativa e funcional das unidades de saúde abrangidas neste processo, sendo acompanhada pela implementação de mecanismos conducentes a uma organização integrada e conjunta que devem tornar mais eficiente a gestão hospitalar das unidades de saúde envolvidas.

A implementação desse processo implicou, naturalmente, alterações na composição da carteira de participações do Estado neste sector. Durante o ano de 2013, foi dado o início aos processos de fusão que darão origem ao Centro Hospitalar do Algarve e ao Centro Hospitalar de Leiria, resultantes da fusão entre unidades de saúde já existentes, pertencentes quer ao SEE, quer ao Sector Público Administrativo (SPA).

Ainda que o início do processo tenha ocorrido em 2013, estas entidades ainda apresentaram contas separadas neste ano.

Quadro 3.2.1.
Sector da Saúde
Listagem de unidades de saúde objeto de Transformação/Fusão em 2013

Novas unidades de saúde	Unidades de saúde que se fundem
Centro Hospitalar do Algarve, EPE*	Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE Hospital de Faro, EPE
Centro Hospitalar de Leiria, EPE**	Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE Centro Hospitalar do Oeste

(*) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 69/2013, de 1 de maio, publicado na Série I do Diário da República n.º95, de maio.
(**) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 157/2013, de 12 de novembro, publicado na Série I do Diário da República n.º219, de novembro.
Fonte: Diário da República

No final do exercício de 2013, a carteira de participações do Estado no sector da Saúde era composta por 39 entidades, em contraponto com as 40 existentes no período anterior.

O desempenho das unidades de saúde, com dimensões bastante variadas, está condicionado ao meio onde estão inseridas, com realidades muito heterogéneas, factos que se refletem nos seus desempenhos individuais.

Assim, a título demonstrativo, em 2013 o valor do ativo líquido mais elevado no sector, do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, era 89 vezes o ativo líquido da empresa de menor dimensão, o Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE, enquanto o volume de negócios dessas mesmas entidades apresentava uma proporção de apenas 16 vezes entre si.

Ao nível do resultado operacional antes de subsídios agregado (**Quadro 3.2.2.**), este passou de -399 M€ em 2012, para -337 M€ em 2013, representando uma melhoria de 15,5%.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o sector apresentou um resultado líquido agregado de -231 M€, o que representa uma evolução favorável de 32,2% face ao exercício anterior.

Quadro 3.2.2.
Sector da Saúde
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(336.832)	(398.585)	61.753	15,5%
Resultado operacional após subsídios	(330.627)	(385.809)	55.182	14,3%
Resultado financeiro	(58)	25.192	(25.249)	-100,2%
Resultado líquido	**(231.116)**	**(341.004)**	**109.889**	**32,2%**
EBITDA	(500.558)	(577.135)	76.577	13,3%
Margem EBITDA	-11,9%	-13,7%	1,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Ao nível do volume de negócios (**Quadro 3.2.3.**), verifica-se a manutenção do valor atingindo no ano de 2012, tendo registado uma variação de apenas -0,3%. O maior volume de negócios foi registado pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, com 368 M€, seguindo-se o Centro Hospitalar Lisboa Norte com 312 M€.

No que concerne aos custos com pessoal, apesar da redução de 1.368 trabalhadores no número de efetivos, registou-se um aumento de 1,4% face ao final do exercício de 2012, decorrente do pagamento dos subsídios de férias e Natal, o qual não ocorreu em 2012.

Em 2013, a redução dos FSE e CMVMC no sector da Saúde, justifica maioritariamente o aumento da produtividade no universo dos hospitais EPE, o qual, associado à redução do número médio de trabalhadores, produz um aumento de 5,1% do VAB_{cf} *per capita*.

Quadro 3.2.3.
Sector da Saúde
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.208.346	4.219.349	(11.003)	-0,3%
Custos com pessoal	2.443.181	2.409.500	33.681	1,4%
VAB*cf*	**2.094.681**	**2.024.223**	**70.459**	**3,5%**
N.º médio de trabalhadores	89.963	91.332	(1.368)	-1,5%
VAB*cf* per capita	23,3	22,2	1,1	5,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A dimensão diversa da estrutura patrimonial apresentada pelas várias entidades que compõem o sector mostra, mais uma vez, a heterogeneidade que acima se aludiu. Desse modo observou-se que o ativo líquido varia entre os 692 M€ do Centro Hospitalar de Lisboa Norte e os 8 M€ do Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde.

As alterações ocorridas no património destas entidades derivaram, genericamente, do efeito da faturação, ainda por validar pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), e dos adiantamentos recebidos sobre a mesma, gerando por esta via um impacto quer no ativo, quer no passivo, nas rubricas de «Acréscimos de Proveitos» e «Adiantamento de Clientes», respetivamente.

A maior diminuição registada no ativo líquido do sector corresponde ao IPO de Lisboa, -23 M€, acompanhada de uma diminuição do lado do passivo, em cerca de -15 M€. O maior aumento do ativo líquido, verifica-se no Centro Hospitalar de São João, crescendo 164 M€, com um correspondente aumento do passivo de 168 M€.

O acumular de resultados líquidos negativos justifica o agravamento dos capitais próprios em 178 M€.

Quadro 3.2.4.
Sector da Saúde
Estrutura Patrimonial

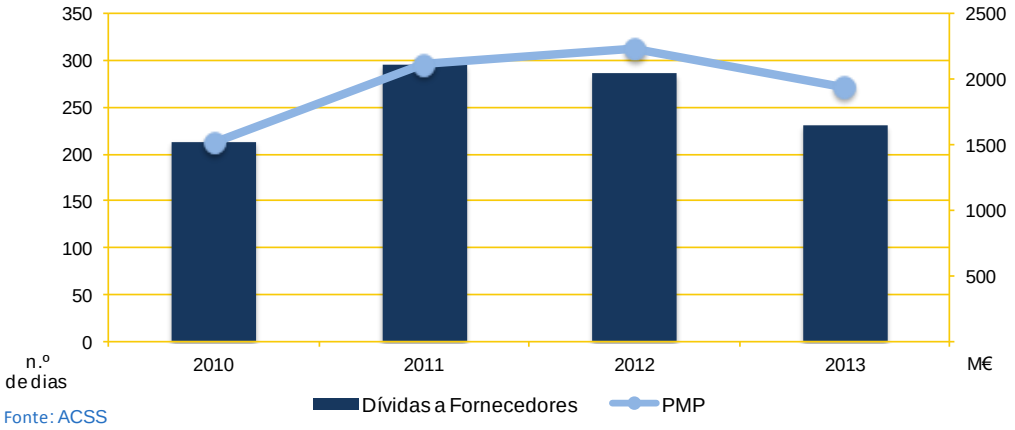
Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo líquido	**5.604.833**	**5.071.567**	**533.266**	**10,5%**
Capital próprio	**277.513**	**455.686**	**(178.173)**	**-39,1%**
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	**5.327.320**	**4.615.880**	**711.439**	**15,4%**
Autonomia financeira (%)	5,0%	9,0%	-4,0 p.p.	
Solvabilidade (%)	5,2%	9,9%	-4,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	19,5%	29,4%	-9,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O prazo médio de pagamentos a fornecedores aplicado ao sector da Saúde, tal como definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas[4], em paralelo com o saldo médio de dívidas a fornecedores, é apresentado no **Gráfico 3.2.1.**.

Gráfico 3.2.1.
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



Fonte: ACSS

Em 2013 o sector da Saúde apresenta uma evolução favorável, tanto no que refere a dívidas a fornecedores como ao PMP, sendo de salientar a redução da média de dívidas do ano, num total de 407 M€ para cerca de 1.638 M€, e o PMP a fornecedores a diminuir 41 dias para um total de 272 dias.

[4] Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, correspondendo a um dos objetivos previstos no "*Small Business Act*" para a Europa, adotada pela Comissão Europeia em 25 de junho de 2008.

3.3. Análise por sectores de Atividade[5]

3.3.1. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão mais expressiva.

Em 2013, o resultado líquido (**Quadro 3.3.1.1.**) do sector da Comunicação Social diminuiu 27 M€ face ao ano anterior, essencialmente resultante da evolução do *mark-to-market* do veículo financeiro Eurogreen na RTP, com impacto nos resultados financeiros do sector, com a diminuição em 35 M€ face ao ano de 2012.

Em termos de desempenho operacional, deve ser salientada a variação do resultado operacional antes de subsídios, que registou uma melhoria de 65% face a 2012.

Quadro 3.3.1.1.
Sector da Comunicação Social
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(17.875)	(51.036)	33.161	65,0%
Resultado operacional após subsídios	24.501	22.570	1.931	8,6%
Resultado financeiro	(9.072)	26.320	(35.393)	-134,5%
Resultado líquido	**14.510**	**41.612**	**(27.102)**	**-65,1%**
EBITDA	32.220	29.227	2.992	10,2%
Margem EBITDA	15,6%	14,4%	1,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A melhoria do resultado operacional antes de subsídios em cerca de 33 M€, resultou do esforço efetuado na redução dos gastos operacionais bem como do crescimento do volume de negócios 3 M€ (**Quadro 3.3.1.2.**).

Sendo a redução verificada no valor das indemnizações compensatórias recebidas pela RTP de cerca de 31 M€, o resultado operacional após subsídios registou ainda uma melhoria de 8,6% face a 2012.

[5] Não se efetua neste capítulo a análise das empresas consideradas em "Outros Sectores" por englobar um conjunto de entidades heterogéneo e disperso por diversas áreas.

Quadro 3.3.1.2.
Sector da Comunicação Social
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	205.980	203.242	2.739	1,3%
Gastos com Pessoal	91.755	90.326	1.429	1,6%
VAB*cf*	**140.372**	**136.053**	**4.318**	**3,2%**
N.º médio de trabalhadores	2.166	2.287	(121)	-5,3%
VAB*cf* per capita	64,8	59,5	5,3	8,9%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à situação patrimonial do sector (**Quadro 3.3.1.3.**), verifica-se uma melhoria dos indicadores, explicada pela redução do passivo e crescimento do capital próprio da RTP, como consequência do resultado líquido em 2013.

Quadro 3.3.1.3.
Sector da Comunicação Social
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**371.223**	**375.876**	**(4.653)**	**-1,2%**
Capital próprio	**(61.644)**	**(76.495)**	**14.851**	**19,4%**
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	**432.866**	**452.371**	**(19.505)**	**-4,3%**
Autonomia financeira (%)	-16,6%	-20,4%	3,7 p.p.	
Solvabilidade (%)	-14,2%	-16,9%	2,7 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	31,6%	31,7%	-0,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.3.2. Cultura

O sector da Cultura integra atualmente três entidades públicas empresariais gestoras de estruturas vocacionadas para o desenvolvimento de atividades artísticas cénicas e musicais:

- Teatro Nacional D. Maria II, EPE;
- Teatro Nacional de São João, EPE, que gere o Teatro Nacional de São João, o Teatro Carlos Alberto e o Mosteiro de São Bento da Vitória;
- OPART - Organismo de Produção Artística, EPE, que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, e integra ainda a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o coro do Teatro Nacional de São Carlos.

Apesar do sector da Cultura ter sido reestruturado[6], pelo Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, nos termos do determinado pelo artigo 258.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (OE/2014), e no ano anterior pelo artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 18 de março, foi suspensa, durante os anos de 2013 e 2014 a vigência do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, que previa a reestruturação de um conjunto de entidades do sector da Cultura, tendo sido, consequentemente, repristinados os decretos-lei n.ºs 158/2007, 159/2007 e 160/2007.

Quadro 3.3.2.1.
Sector da Cultura
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(19.486)	(20.597)	1.111	5,4%
Resultado operacional após subsídios	622	(66)	689	1042,1%
Resultado financeiro	(11)	(2)	(9)	-528,4%
Resultado líquido	**533**	**(111)**	**645**	**578,9%**
EBITDA	1.234	610	625	102,5%
Margem EBITDA	25,3%	13,2%	12,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2013, o sector da cultura registou uma melhoria do EBITDA de 625 m€, suportado principalmente pela anulação de uma provisão de 3 M€ pelo OPART, constituída no âmbito de um processo judicial.

Em 2013, apesar da redução dos subsídios atribuídos ao sector pelo Estado em cerca de 30%, no conjunto do sector verificou-se uma melhoria significativa dos resultados operacionais após subsídio, alcançando um valor positivo de 622 m€.

O resultado líquido do sector foi de 533 m€ em 2013, penalizado pela degradação dos resultados financeiros inteiramente imputável ao OPART.

[6] Criadas/reestruturadas as seguintes entidades: a Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, EPE, a Companhia Nacional de Bailado, EPE, por cisão do Organismo de Produção Artística, EPE e o GESCULT — Serviços Partilhados da Cultura, ACE

Quadro 3.3.2.2.
Sector da Cultura
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.886	4.627	259	5,6%
Gastos com Pessoal	19.175	16.182	2.993	18,5%
VABcf	**18.319**	**17.708**	**611**	**3,5%**
N.º médio de trabalhadores	535	542	-7	-1,3%
VABcf per capita	**34,2**	**32,7**	**1,6**	**4,8%**

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Apesar do contexto económico, verificou-se uma recuperação no volume de negócios do sector, quer por via do número de espetáculos disponibilizados, quer na procura dos mesmos, originando que o volume de negócios do sector registasse um crescimento de 5,6%.

No que concerne aos gastos com pessoal, a redução do número de trabalhadores não foi suficiente para suster um significativo aumento dos Gastos com Pessoal, em 18,5%, resultante do pagamento do subsídio de férias e de Natal em 2013.

Quadro 3.3.2.3.
Sector da Cultura
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**8.791**	**8.786**	**5**	**0,1%**
Capital próprio	**908**	**276**	**632**	**229,2%**
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	**7.883**	**8.510**	**(627)**	**-7,4%**
Autonomia financeira (%)	10,3%	3,1%	7,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	11,5%	3,2%	8,3 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	63,0%	135,0%	-72,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2013, a autonomia financeira e a solvabilidade do sector registaram melhorias face ao ano anterior, expresso por uma redução de 627 m€ do passivo e correspondente aumento pelo lado do capital próprio.

3.3.3. Gestão de Infraestruturas

Este sector é responsável pela promoção das condições de acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no interior do País, e entre Portugal e o resto do mundo. Este conjunto integra empresas gestoras de infraestruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, ferroviárias e outras infraestruturas e tem como objetivo permanente promover a coesão territorial, a melhoria da mobilidade, das acessibilidades nacionais e da conectividade internacional, atenuando a situação periférica do país e das suas regiões no contexto global.

Trata-se de um sector de elevada intensidade de capital, financeiramente alavancado e relativamente exposto às variações das procuras interna e externa e à conjuntura financeira, nacional e internacional.

Em 2013 o sector apurou um prejuízo de 70 M€ (**Quadro 3.3.3.1.**), o que representa um agravamento de 42 M€ face ao ano anterior. Esta evolução é maioritariamente explicada pela diminuição do resultado líquido da EDIA (subsector Outras Infraestruturas) e EP (subsector Infraestruturas Rodoviárias), -26 M€ e -22 M€, respetivamente.

No que refere à EDIA, uma reversão de imparidades no ano de 2012 inflacionou excecionalmente os resultados desse ano em cerca de 16 M€, enquanto na EP, com a conclusão das subconcessões rodoviárias, os encargos financeiros deixam de ser capitalizados, o que conjugado com o agravamento dos resultados financeiros explica a diminuição do resultado líquido.

Sendo um sector com elevado investimento e consequentemente com elevados níveis de financiamento, o resultado financeiro tem um elevado impacto no resultado líquido do sector. Contudo, a diminuição das taxas de juro favoreceram os resultados financeiros do sector, registando assim, uma ligeira melhoria de 0,6% face a 2012, o equivalente a 3 M€.

Para esta evolução, é de se realçar a contribuição positiva da REFER, Parque Escolar e EDIA, crescendo 8 M€, 4 M€ e 4 M€, enquanto a EP agrava o seu prejuízo financeiro em 14 M€.

Quadro 3.3.3.1.
Sector das Infraestruturas
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	332.227	388.014	(55.787)	-14,4%
Resultado operacional após subsídios	377.871	428.237	(50.366)	-11,8%
Resultado financeiro	(423.249)	(425.848)	2.600	0,6%
Resultado líquido	**(70.177)**	**(28.305)**	**(41.872)**	**-147,9%**
EBITDA	734.768	765.888	(31.119)	-4,1%
Margem EBITDA	45,5%	35,0%	10,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2013, o sector das Infraestruturas mantêm um EBITDA positivo de 735 M€, tendo-se verificado, no entanto, uma redução de 4,1% face ao ano anterior. Já a margem do EBITDA cresceu 10,5 pontos percentuais, apontando para a ocorrência de ganhos de eficiência.

O volume de negócios (**Quadro 3.3.3.2.**) verificou uma queda abrupta de 26,2% face a 2012, contudo é justificado quase exclusivamente pela redução de atividade de construção da EP, em -596 M€, referente às concessões[7].

À semelhança de outros sectores, verificou-se um aumento dos gastos com pessoal em cerca de 2,3%, como consequência do pagamento dos subsídios de férias e Natal em 2013, tendo no entanto o aumento sido limitado pela redução de trabalhadores, em cerca de -3,8%.

Quadro 3.3.3.2.
Sector das Infraestruturas
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.615.822	2.188.434	(572.611)	-26,2%
Gastos com Pessoal	331.498	324.196	7.302	2,3%
VAB*cf*	**949.308**	**981.095**	**(31.788)**	**-3,2%**
N.º médio de trabalhadores	6.657	6.922	(265)	-3,8%
VAB*cf* per capita	142,6	141,7	0,9	0,6%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A produtividade média por trabalhador cresceu 0,6%, decorrente da diminuição do número de trabalhadores (-265).

[7] De acordo com a IFRIC 12, esta atividade de construção é registada em igual montante como proveito e como custo, produzindo um efeito nulo sobre o resultado líquido das empresas.

A nível patrimonial (**Quadro 3.3.3.3**), o ativo do sector das Infraestruturas aumentou 515 M€ (+1,7%) em 2013, sendo explicado na sua maioria pela:

- EP, decorrente da conclusão das subconcessões rodoviárias e respetivo reconhecimento do direito de concessão (+566 M€);
- REFER, pelo aumento de dívidas de clientes (+132 M€) e conclusão do processo de integração da RAVE (+121 M€) na REFER; e
- EDIA, como consequência da transferência da infraestrutura de rega e drenagem à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (-329 M€).

Quadro 3.3.3.3.
Sector das Infraestruturas
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**30.277.917**	**29.762.635**	**515.282**	**1,7%**
Capital próprio	**813.489**	**866.491**	**(53.002)**	**-6,1%**
Interesses minoritários	0	0	0	-
Passivo	**29.464.428**	**28.896.144**	**568.284**	**2,0%**
Autonomia financeira (%)	2,7%	2,9%	-0,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	2,8%	3,0%	-0,2 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	117,4%	122,6%	-5,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O passivo apresentou um crescimento superior ao ativo, aumentando 568 M€ (+2%), determinando assim, uma deterioração dos capitais próprios do sector em 53 M€.

Em consequência os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial registaram reduções face a 2012.

3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental

No período em análise, o sector da Requalificação Urbana e Ambiental é constituído por seis empresas[8], com a saída da Costa Polis do sector, dado o início do seu processo de liquidação em 2013. É de destacar o grupo Parque Expo, pelo peso que a sua atividade assume no conjunto das empresas do sector[9].

[8] Polis Litoral da Ria de Aveiro, Polis Litoral Sudoeste, Viana Polis, Polis Litoral Norte, Polis Ria Formosa e Parque Expo.
[9] Neste sector estão incluídas empresas com um horizonte temporal definido, em função dos respetivos projetos de reabilitação urbana e ambiental.

Os resultados do sector são explicados, quase na sua totalidade pelo grupo Parque Expo, pois as restantes empresas do sector apresentam resultados nulos, ou tendencialmente nulos, em face de recomendações[10] por parte da Comissão de Normalização Contabilística e dos órgãos de fiscalização destas empresas. Pelo que explica que a saída da Costa Polis não apresente qualquer impacto nos resultados do sector. Não obstante, devido à saída da Costa Polis deste sector em 2013, os quadros seguintes apresentam adicionalmente a variação face a 2012 em universo comparável.

Durante o ano de 2013, o sector fica marcado pela execução de um plano de venda de ativos e participações financeiras, tendo em vista a liquidação e extinção da Parque Expo. Destaca-se a alienação do Pavilhão Atlântico e das sociedades participadas Atlântico e Blueticket, bem como a transferência e assunção da gestão urbana do Parque das Nações para a autarquia de Lisboa.

Este plano fez-se sentir a nível operacional, através da redução do volume de negócios (**Quadro 3.3.4.1.**), com impacto no EBITDA do sector, ao levar este a atingir um total de -700 m€, apesar da redução dos gastos operacionais (FSE e CMVMC)

Em termos de resultado financeiro, a redução das taxas de juro permitiu, em 2013, uma melhoria dos resultados financeiros no sector, com especial impacto na Viana Polis +1 M€).

Quadro 3.3.4.1.
Requalificação Urbana e Ambiental
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação		2013	2012 (univ. comparavel)	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(3.008)	(961)	(2.047)	-213,0%	(3.008)	(961)	(2.047)	-213,0%
Resultado operacional após subsídios	(2.944)	(901)	(2.043)	-226,8%	(2.944)	(901)	(2.043)	-226,8%
Resultado financeiro	(12.154)	(13.470)	1.316	9,8%	(12.154)	(13.470)	1.316	9,8%
Resultado líquido	**(14.561)**	**(14.502)**	**(60)**	**-0,4%**	**(14.561)**	**(14.502)**	**(60)**	**-0,4%**
EBITDA	(726)	3.422	(4.147)	-121,2%	(726)	3.422	(4.147)	-121,2%
Margem EBITDA	-4,5%	13,2%	-17,6 p.p.		-4,5%	13,2%	-17,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O volume de negócios neste sector (**Quadro 3.3.4.2.**) é integralmente justificado pelo grupo Parque Expo, o qual registou um decréscimo de 37,4% face a 2012. Essencialmente, este fator resulta da redução do valor das vendas imobiliárias e do aluguer de espaços, em cerca de 5 M€ e 3 M€, respetivamente.

[10] *"Os critérios de contabilização que conduziram a um resultado líquido do exercício nulo, por diferimento dos saldos das rubricas de rendimentos e de gastos, os quais serão imputados aos investimentos promovidos pelas sociedades aquando da finalização dos mesmos".*

Quadro 3.3.4.2.
Requalificação Urbana e Ambiental
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação		2013	2012 (univ. comparavel)	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	16.266	25.972	(9.706)	-37,4%	16.266	25.972	(9.706)	-37,4%
Gastos com Pessoal	10.814	9.870	944	9,6%	10.814	9.815	999	10,2%
VABcf	**6.630**	**11.518**	**(4.888)**	**-42,4%**	**6.630**	**11.602**	**(4.973)**	**-42,9%**
N.º médio de trabalhadores	192	273	(81)	-29,5%	192	270	(78)	-28,7%
VABcf per capita	34,4	42,2	(7,7)	-18,4%	34,4	43,0	(8,5)	-19,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Os gastos com pessoal registaram um crescimento de 1 M€, cerca de 10,2% relativamente ao ano anterior, decorrente do valor de Indemnizações por rescisão de contratos de trabalho que aumentaram 1 M€.

Em 2013, o sector acabou o ano com um total de 192 trabalhadores, o correspondente a uma redução de 28,7%, face ao ano anterior.

Quadro 3.3.4.3.
Requalificação Urbana e Ambiental
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação		2013	2012 (univ. comparavel)	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Ativo	**370.669**	**513.069**	**(142.399)**	**-27,8%**	**370.669**	**368.540**	**2.130**	**0,6%**
Capital próprio	**72.818**	**148.041**	**(75.224)**	**-50,8%**	**72.818**	**56.712**	**16.105**	**28,4%**
Interesses minoritários	0	0	-	-	0	0	0	-
Passivo	**297.852**	**365.027**	**(67.176)**	**-18,4%**	**297.852**	**311.828**	**(13.976)**	**-4,5%**
Autonomia financeira (%)	19,6%	28,9%	-9,2 p.p.		19,6%	15,4%	4,3 p.p.	
Solvabilidade (%)	24,4%	40,6%	-16,1 p.p.		24,4%	18,2%	6,3 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	46,8%	63,9%	-17,2 p.p.		46,8%	44,2%	2,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Tendo em conta a liquidação da Costa Polis, é na estrutura patrimonial do sector que mais se nota o seu impacto, tendo esta acabado o ano de 2012 com um ativo de 99,8 M€ e com capitais próprios positivos de 64,4 M€.

Considerando o universo comparável, verifica-se um aumento dos capitais próprios (**Quadro 3.3.4.3.**) do sector em 16,1 M€, essencialmente pelo reconhecimento de subsídios ao investimento por parte da Polis Litoral Ria de Aveiro, de cerca de 19,6 M€.

3.3.5. Transportes

O sector dos Transportes é constituído por sete empresas (Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; CP – Comboios de Portugal, EPE; Metropolitano de Lisboa, EPE; STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA; Transtejo - Transportes do Tejo, SA; MM -

Metro do Mondego, SA; e MP - Metro do Porto, SA). O Estado detém a totalidade do capital de 5 das empresas e participações maioritárias na MM[11] e na MP[12].

O sector dos Transportes apresentou uma melhoria substancial do resultado líquido, crescendo 622 M€ em 2013, ainda que mantendo um valor negativo de 331 M€. Realça-se o crescimento em praticamente todas as empresas do sector, registando as maiores variações de:

- +444 M€ no MP para -48 M€;
- +62 M€ no ML para -15 M€;
- +59 M€ na STCP para -15 M€; e
- +57 M€ na Carris para -7 M€.

A evolução ocorrida neste sector deriva em grande parte dos resultados financeiros destas empresas, que face ao ano de 2012 reduziram o prejuízo financeiro para um total de 233 M€, o correspondente a uma melhoria de 71,3%.

Quadro 3.3.5.1.
Transportes
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(231.528)	(277.629)	46.100	16,6%
Resultado operacional após subsídios	(98.446)	(142.737)	44.291	31,0%
Resultado financeiro	(232.848)	(810.383)	577.534	71,3%
Resultado líquido	**(331.224)**	**(953.240)**	**622.017**	**65,3%**
EBITDA	88.098	46.156	41.942	90,9%
Margem EBITDA	17,3%	8,1%	9,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que respeita aos resultados operacionais antes de subsídios, em 2013 o sector dos Transportes cresceu 16,6%, dos quais se destaca o ML (+26 M€) e a CP (+18 M€).

[11] Conjuntamente com a REFER e a CP, o Estado detém 58% do respetivo capital.
[12] O Estado é detentor de 60%, considerando 40% diretos e 20% pelas participações detidas pela CP e STCP.

Quadro 3.3.5.2.
Transportes
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	509.315	568.558	(59.243)	-10,4%
Gastos com Pessoal	281.979	261.810	20.169	7,7%
VAB*cf*	**297.083**	**295.601**	**1.482**	**0,5%**
N.º médio de trabalhadores	8.464	8.852	-388	-4,4%
VAB*cf* per capita	35,1	33,4	1,7	5,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O sector dos transportes é um sector fortemente dependente da conjuntura económica e do nível de desemprego do país, pelo que a quebra da procura teve impacto nas receitas do sector.

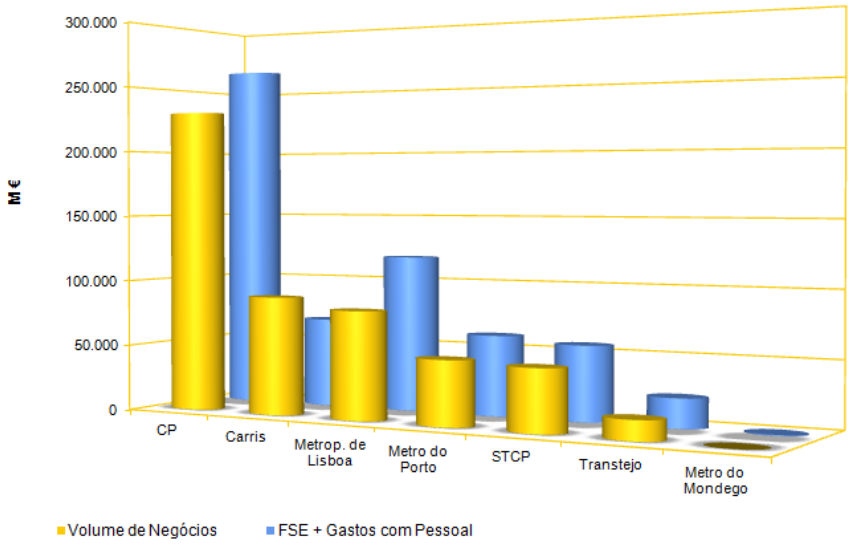
O volume de negócios do sector verificou uma quebra de 59 M€ em 2013, na sua maioria explicada pela redução da atividade de construção no MP, em cerca de 53 M€ face ao ano de 2012. É de referir, no entanto, que esta variação tem impacto nulo no resultado das empresas, ao ser registado como proveito e custo do exercício.

Os aumentos tarifários ocorridos no início do ano permitiram atenuar a quebra verificada no volume de negócios, destacando-se a Carris, cujo volume de negócios registou mesmo um aumento de cerca de 4,6%.

Em 2013, os gastos com pessoal, apesar da redução do número médio de trabalhadores, em cerca de 388 trabalhadores, sofreram um aumento como consequência do pagamento dos subsídios de férias e Natal, o que não tinha ocorrido no ano anterior.

O VAB_{cf} do sector cresceu 0,5% decorrente da diminuição dos FSE e CMVMC, que compensaram a diminuição do volume de negócios, enquanto o VAB_{cf} *per capita* verificou um incremento superior, decorrente da redução de trabalhadores em 2013, resultando num crescimento de 5,1%.

Gráfico 3.3.5.
Transportes
Os FSE e Gastos com Pessoal nas várias empresas face ao respectivo Volume de Negócios em 2013



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Pelo gráfico anterior, verifica-se que, excluindo a Carris, este sector não apresenta ganhos de exploração suficientes para cobrir os gastos operacionais relacionados com fornecimentos e serviços externos e com pessoal.

Quadro 3.3.5.2.
Transportes
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**8.440.192**	**8.655.234**	**(215.042)**	**-2,5%**
Capital próprio	**(6.918.398)**	**(7.052.253)**	**133.855**	**1,9%**
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	**15.358.590**	**15.707.487**	**(348.897)**	**-2,2%**
Autonomia financeira (%)	-82,0%	-81,5%	-0,5 p.p.	
Solvabilidade (%)	-45,0%	-44,9%	-0,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	45,4%	64,7%	-19,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que concerne à estrutura patrimonial, o sector dos Transportes continua a apresentar capitais próprios negativos num total de 6.918 M€, contudo verifica uma melhoria de 1,9% face ao ano de 2012, essencialmente explicado pelo aumento de capital de 475 M€ efetuado ao ML em conjugação com o resultado líquido atingido pelas empresas do sector.

O ativo verificou uma redução, em termos percentuais, superior à do passivo, -2,5% face a -2,2% ocorrido no ativo, essencialmente por alterações patrimoniais ocorridas no ML e na CP.

3.3.6. Grupo Parpública

A singularidade da situação da Parpública enquanto sociedade gestora de participações sociais aconselha o destaque desta empresa do universo das EPNF e a sua análise separada, tanto mais que registou, em 2013, um período de significativas alterações decorrentes da recomposição da sua carteira de participações.

No início do ano a Parpública adquiriu ao Estado um lote de participações cujo valor global ultrapassou os 1.200 M€ e incluía a totalidade do capital social da sociedade CTT, SA , 31,4% do capital social da ANA, SA – o que tornou então a PARPÚBLICA detentora de 100% do capital da sociedade –, a totalidade do capital da SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA e 8,82% do capital da AdP, SGPS, SA.

Em 2013 concretizou-se a venda da totalidade do capital da ANA e foi lançada e concretizada igualmente com êxito, a privatização de 70% do capital social dos CTT.

No âmbito destas operações de privatização, a Parpública entregou ao Estado durante o ano de 2013 um montante de 1.460 M€.

Neste período a Parpública procedeu ainda à venda de ações EDP correspondentes a 4,1% do capital social.

Quadro 3.3.6.1.
Grupo Parpública
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	1.267.027	935.044	331.983	35,5%
Resultado operacional após subsídios	1.359.112	1.015.578	343.534	33,8%
Resultado financeiro	(427.313)	(450.779)	23.466	5,2%
Resultado líquido	**801.215**	**430.954**	**370.261**	**85,9%**
EBITDA	1.785.768	1.467.659	318.109	21,7%
Margem EBITDA	42,3%	36,8%	5,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

No exercício económico de 2013, o Grupo Parpública gerou um resultado líquido de 801 M€, superior em 85,9%, aos 431 M€ alcançados em 2012, suportado essencialmente pelos resultados obtidos pela Parpública e pelo segmento das “Águas e Resíduos” (Grupo AdP).

Tanto o EBITDA como os resultados operacionais do Grupo Parpública registaram comportamentos favoráveis, com crescimentos de 21,7% e 33,8%, respetivamente.

A atividade da Parpública foi determinante para a formação do resultado consolidado por efeito da mais-valia obtida nos processos de alienação de participações referentes à ANA, CTT e EDP, que geraram cerca de 544 M€.

No segmento de "Águas e Resíduos" o mais representativo em valor de ativos, o respetivo EBITDA incorporou uma componente positiva de défices tarifários por realizar.

Importa realçar o decréscimo superior a 2.000 M€ verificado quer no ativo consolidado, que passou de 19.898 M€ em 2012 para 17.699 M€ em 2013, quer no passivo, que baixou de 16.188 M€ para 13.598 M€. Tal ficou a dever-se, no essencial, ao processo de alienação da totalidade das ações da ANA concluído no 2º semestre de 2013.

Os capitais próprios consolidados registaram um aumento de 10,5% face ao ano anterior, atingindo os 4.100 M€.

Par tal contribuiu o resultado líquido gerado pelo grupo, o qual ascendeu a 854 M€ (511 M€ em 2012). No entanto tendo em conta os interesses que o acionista não controla, o resultado líquido consolidado do Grupo Parpública, atribuível aos detentores de capital, situou-se nos 801 M€ (+370 M€ que os obtidos no ano anterior).

O resultado líquido consolidado do Grupo Parpública foi gerado essencialmente pela Parpública (mais de 70%) sendo de realçar que todos os segmentos de atividade apresentam resultados económicos positivos, com exceção do segmento de "Gestão e Promoção Imobiliária", que apresentou um prejuízo de 5 M€, todavia bastante desagravado face ao ano anterior (58 M€).

As atividades aeronáuticas representam 20,6% dos ativos do grupo. Este segmento compreende empresas incluídas no programa de privatizações definido pelo Governo, pelo que os respetivos ativos estão classificados como *"detidos para venda"* e os resultados obtidos são considerados em *"unidades operacionais descontinuadas"*.

Os indicadores de gestão operacional demonstram um aumento no volume de negócios do Grupo Parpública (+5,9%). Os gastos com o pessoal registaram um aumento de 16,2%, apesar do decréscimo do número de trabalhadores (-3.144 trabalhadores), enquanto os fornecimentos e serviços externos mantiveram-se estáveis.

Quadro 3.3.6.2.
Grupo Parpública
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	4.222.465	3.985.443	237.022	5,9%
Gastos com Pessoal	933.911	803.850	130.061	16,2%
VAB*cf*	**1.881.199**	**1.657.795**	**223.404**	**13,5%**
N.º médio de trabalhadores	17.074	20.218	(3.144)	-15,6%
VAB*cf* per capita	110,2	82,0	28,2	34,4%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Os indicadores económico-financeiros evidenciados no quadro seguinte refletem a melhoria da solvabilidade e da autonomia financeira.

De notar que, tendo em conta as características dos contratos de concessão do grupo AdP, estão reconhecidos no ativo líquido do Grupo Parpública ativos intangíveis relativos a direitos de utilização de infraestruturas, no montante de 4.700 M€.

Quadro 3.3.6.3.
Grupo Parpública
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**17.699.079**	**19.898.054**	**(2.198.975)**	**-11,1%**
Capital próprio	**4.100.715**	**3.709.635**	**391.080**	**10,5%**
Interesses minoritários	514.512	682.783	(168.271)	-24,6%
Passivo	**13.598.364**	**16.188.418**	**(2.590.054)**	**-16,0%**
Autonomia financeira (%)	23,2%	18,6%	4,5 p.p.	
Solvabilidade (%)	30,2%	22,9%	7,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	96,9%	90,0%	6,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

O endividamento do Grupo Parpública registou uma redução de cerca de 708 M€, aproximadamente 7,7% face a 2012.

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedade financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A, cuja atividade visa garantir apoio financeiro às empresas que atuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direcionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos, e a PME – Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA cuja missão é promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a PME, designadamente através da gestão de instrumentos de refinanciamento e de partilha de risco. Contudo, a exiguidade, em termos comparativos, dos volumes de atividade e dos patrimónios de ambas, não aconselha o tratamento integrado destas entidades com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, razão pela qual a análise das empresas públicas financeiras se limitará ao Grupo Caixa Geral de Depósitos.

4.2. Grupo Caixa Geral de Depósitos

Em 2013, o Grupo CGD conservou as posições de liderança nas principais áreas de atuação no mercado nacional, designadamente, no crédito concedido e nos depósitos de clientes, mas também na atividade seguradora e na gestão de ativos. Em 31 de dezembro de 2013, este grupo, liderado pela CGD, SA, sociedade inteiramente detida pelo Estado, por via direta, tinha um capital social de 5.900 M€ e um ativo líquido consolidado de 112.963 M€.

Quadro 4.1.1.
Grupo CGD
Ativo Líquido Consolidado

Milhões de euros

Empresas do Grupo	2013	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	74.401	65,9%
Caixa - Seguros e Saúde	12.782	11,3%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4.874	4,3%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	3.263	2,9%
Caixa Banco de Investimento	1.743	1,5%
Caixa Leasing e Factoring	2.333	2,1%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1.929	1,7%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	628	0,6%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	519	0,5%
BCG Totta Angola	1.318	1,2%
Outras empresas do Grupo	9.173	8,1%
Ativo Líquido Consolidado	**112.963**	**100,0%**

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

Em 2013, a quota de mercado do Grupo CGD no mercado nacional na concessão de crédito a clientes aumentou para 21,6% (21,3% em dezembro de 2012), refletindo a subida da quota de crédito às empresas de 17,3% para 18,1% e na captação de depósitos de 27,6%, ocupando, em ambos os casos, o 1.º lugar.

Nos seguros, a quota de mercado do ano de 2013 atingiu 27,2% no ramo Vida e 26,1% no ramo Não-Vida, sendo igualmente a companhia líder do mercado português.

No exercício de 2013 o Grupo CGD continuou a privilegiar o enfoque na atividade bancária, nomeadamente no espaço europeu, e a redução da sua exposição a outras atividade/sectores, em cumprimento do previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira.

Os resultados divulgados por segmentos de negócio (**Quadro 4.1.2.**), revelam que os resultados da atividade da banca comercial regista uma evolução negativa enquanto a atividade seguradora regista uma evolução positiva.

Quadro 4.1.2.
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros

Segmentos de negócio	2013		2012		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	(552)	95,8%	(354)	89,8%	(197)	-55,6%
Banca de investimento	(16)	2,8%	(3)	0,7%	(13)	-511,4%
Actividade internacional	(83)	14,5%	(41)	10,5%	(42)	-101,7%
Seguros e saúde	125	-21,7%	89	-22,5%	36	40,7%
Outros	(50)	8,7%	(85)	21,6%	35	41,3%
Resultado Líquido Consolidado atribuível ao accionista da CGD	**(576)**	**100,0%**	**(395)**	**100,0%**	**(181)**	**-45,9%**

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

a) Atividade Bancária

O desempenho da atividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por 4 áreas de atuação: a banca comercial (inclui a banca de retalho em Portugal e a atividade internacional), a banca de investimento, a gestão de ativos e o crédito especializado (*leasing* e *factoring*).

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou 74.587 M€ (-5,5% do que no exercício anterior). O segmento de crédito a particulares decresceu 4,5% e o crédito às empresas teve uma redução percentual de 5,8%. Ainda não se assistiu, em 2013, à estabilização da qualidade de crédito, fixando-se o Rácio de Crédito Vencido Total em 6,6% no final do ano (5,7% em dezembro de 2012).

O crédito concedido ao sector público administrativo representava 5,4% do total de crédito concedido em 2013.

No que respeita à captação de depósitos de clientes, salienta-se um acréscimo de 1,3% relativamente ao ano anterior.

Quadro 4.1.3.
Grupo CGD
Saldo de Crédito a Clientes

Milhões de euros

Segmentos	2013		Variação 12/11 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	36.879	49,4%	-4,5%
Empresas	33.714	45,2%	-5,8%
Sector Público Administrativo	3.995	5,4%	-11,9%
Total	**74.587**	**100,0%**	**-5,5%**

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

b) Atividade seguradora e de saúde

A atividade seguradora do Grupo CGD é exercida pela *holding* do grupo para o sector (Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA). Em 2013, prosseguindo o enfoque no negócio bancário, foi promovida a venda pela Caixa Seguros e Saúde da HPP- Hospitais Privados de Portugal.

A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA evidencia em 2013 uma situação líquida de 1.342 M€ (1.489 M€ no ano anterior) e um ativo de 12.941 M€ (13.321 M€ no ano anterior).

O resultado líquido consolidado da *holding* foi de 130 M€ (90 M€ em 2014).

c) Situação económica e financeira

A CGD registou um resultado líquido consolidado do exercício de -576 M€ em 2013, face a -395 M€ em 2012 (**Quadro 4.1.4.**).

Quadro 4.1.4.
Grupo CGD
CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	931	1.357	(426)	-31,4%
Margem complementar	770	942	(172)	-18,3%
Margem técnica - actividade seguradora	4	4	0	0,0%
Produto da actividade	**1.705**	**2.303**	**(598)**	**-26,0%**
Custos operativos	1.394	1.350	45	3,3%
Provisões e imparidades	1.125	1.475	(350)	-23,7%
Resultados de filiais detidas para venda	136	96	40	42,2%
Resultados em empresas associadas	5	4	1	24,8%
Impostos correntes e diferidos	(163)	(77)	(86)	-112,7%
Resultado Líquido Consolidado	**(511)**	**(345)**	**(166)**	**-48,1%**
Atribuível a interesses minoritários	65	50	15	30,6%
Atribuível ao accionista da CGD	(576)	(395)	(181)	-45,9%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

O número de agências bancárias do grupo passou de 1.311 em 2012 para 1.277 em 2013. O número total de empregados em 2013 ascendeu a 19.601, registando um decréscimo de 10,7% relativamente ao ano anterior (**Quadro 4.1.5.**). Os gastos com pessoal sofreram um acréscimo de 7,9% em consequência da reposição dos subsídios de férias e de natal.

Quadro 4.1.5.
Grupo CGD
Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto n.º de agências e n.º de trabalhadores

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Gastos com Pessoal	**793**	**735**	**58**	**7,9%**
N.º de Agências	1.277	1.311	(34)	-2,6%
Portugal	805	848	(43)	-5,1%
Estrangeiro	472	463	9	1,9%
Produto da actividade	**1.705**	**2.303**	**(598)**	**-26,0%**
N.º de Trabalhadores	**19.601**	**21.974**	**(2.373)**	**-10,8%**
Instituições bancárias	15.251	15.296	(45)	-0,3%
Seguradoras	3.378	3.411	(33)	-1,0%
Outras actividades	972	3.267	(2.295)	-70,2%
Gastos com pessoal *per capita*	0,0405	0,0334	0,007	21,0%
Produto da actividade *per capita*	0,0870	0,1048	(0,018)	-17,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

Conforme se observa no **Quadro 4.1.6.**, o ativo líquido consolidado do Grupo ascendeu a 112.963 M€, representando um decréscimo de 5,3% relativamente ao período anterior.

O Balanço consolidado apresenta um decréscimo de 6,3% nos capitais próprios, que atingiram em 31 de dezembro de 2013 o montante de 6.821 M€, refletindo a redução de "outras reservas e resultados transitados".

O Rácio Core Tier 1 em base consolidada situou-se em 11,7% no final de 2013 (11,6% no final de 2012), valor acima do requisito de 10% estabelecido pelo Banco de Portugal. Nos termos definidos pela EBA, o rácio Core Tier 1 situou-se em 9,4% no final de 2013 (9,4% no final de 2012) quando o mínimo exigido é de 9%.

Quadro 4.1.6.
Grupo CGD
Estrutura Patrimonial

Milhões de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	**112.963**	**116.858**	**(3.895)**	**-3,3%**
Capitais próprios	**6.821**	**7.280**	**(459)**	**-6,3%**
Recursos alheios	77.559	83.581	(6.022)	-7,2%
Exigibilidades diversas	28.582	25.997	2.585	9,9%
CORE TIER 1 (Banco de Portugal)	11,7%	11,6%	-	-
TIER 1 (Banco de Portugal)	11,3%	11,2%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	13,3%	13,6%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	7,5%	6,4%	-	-

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2013

5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE (excluindo Grupo Parpública)

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que refletem uma ótica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada;
- A Parpública foi excluída desta análise, decorrente da dificuldade em conciliar as alterações do universo do Grupo Parpública com as demonstrações de fluxos de caixa.

5.1. Investimento direto do SEE

Em 2013, o valor global de despesas de investimento realizadas pelas EPNF ascendeu a 1.081 M€ (**Quadro 5.1.1.**), uma redução de 558 M€ (34,1%) face ao ano anterior.

Quadro 5.1.1.
Investimento das EPNF

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Investimento total	**1.081.315**	**1.639.759**	**-558.444**	**-34,1%**
Ativos fixos tangíveis	255.088	357.871	-102.782	-28,7%
Ativos fixos intangíveis	675.044	829.718	-154.674	-18,6%
Propriedades de investimento	62.479	406.373	-343.894	-84,6%
Investimentos Financeiros	44.374	14.837	29.537	199,1%
Outros ativos	44.329	30.960	13.369	43,2%
Financiamento do Investimento	**1.081.315**	**1.639.759**	**-558.444**	**-34,1%**
Recursos próprios	**93.328**	**79.179**	**14.150**	**17,9%**
Desinvestimento	48.263	42.004	6.259	14,9%
Recebimento de dividendos	5.080	6.498	-1.418	-21,8%
Outros fundos próprios	39.985	30.677	9.309	30,3%
Subsídios ao Investimento	**268.292**	**930.571**	**-662.280**	**-71,2%**
Dotações de capital	**506.631**	**4.046**	**502.585**	**12422,3%**
Empréstimos	**213.064**	**625.963**	**-412.898**	**-66,0%**

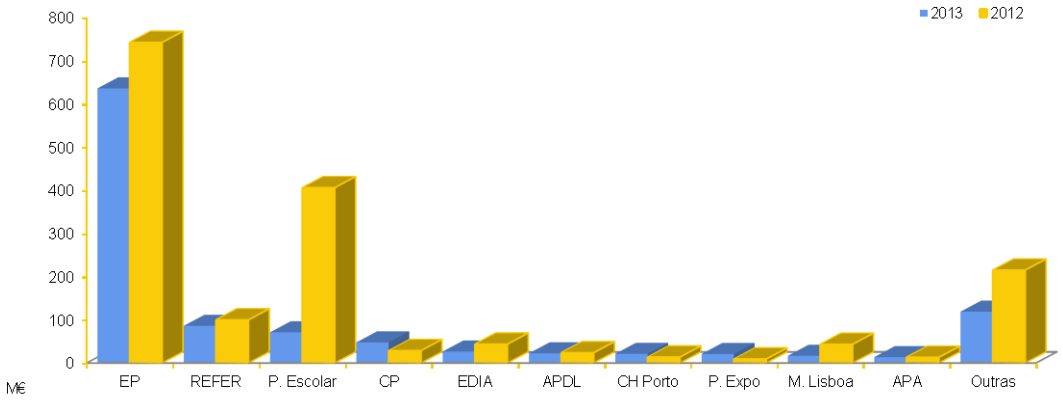
Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Sendo o investimento, um elemento característico do sector das Infraestruturas, a explicação para as variações ocorridas decorrem essencialmente de empresas deste sector, assim:

- A maior redução de investimento, verifica-se em propriedades de investimento, com uma diminuição de 344 M€ (-84,6%) face ao ano de 2012, justificada inteiramente pela redução de investimento realizado pela Parque Escolar na reabilitação de escolas;
- Os ativos fixos intangíveis sofreram uma redução de 155 M€ (-18,6%), sendo esta variação explicada na sua maioria pela EP (-106 M€), seguido da EDIA (-17 M€);
- Os desembolsos efetuados com ativos fixos tangíveis registaram um decréscimo de 103 M€ (-28,7%), sobretudo decorrente da diminuição de investimento por parte do ML (-27 M€), da APS (-14 M€) e da REFER (-14 M€), com o restante a estar diluído no sector da Saúde (-45 M€);
- Do investimento em outros ativos, salienta-se o CH do Porto com um aumento desta rubrica em 11 M€, relativo ao investimento no novo Centro Materno-Infantil do Norte.

Do total de pagamentos de investimento efetuados pelas EPNF, cerca de 89,0% foram assegurados, em 2013, por 10 empresas (**Gráfico 5.1.1.**).

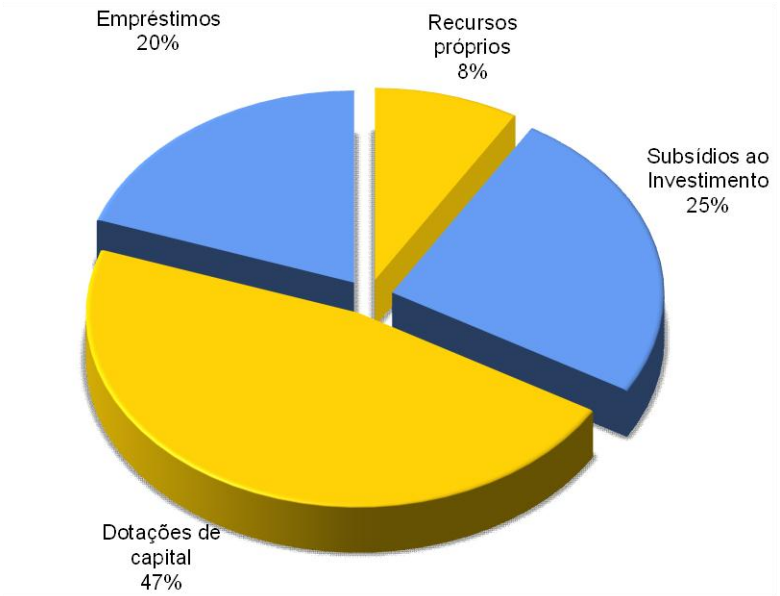
Gráfico 5.1.1.
Financiamento do Investimento das EPNF (em Ativos Tangíveis, Intangíveis e Financeiros)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A estrutura de financiamento do investimento alterou-se significativamente face a 2012, a redução do investimento traduz-se igualmente numa redução dos subsídios ao investimento, em cerca de 662 M€, o que elevou a necessidade de recorrer a outras fontes de financiamento.
Os empréstimos contraídos reduziram o seu peso como fonte de financiamento para investimento, alcançando um total de 213 M€ (-66,0% face ao ano anterior), sendo substituídos por dotações de capital, as quais aumentaram de 4 M€ para cerca de 507 M€ em 2013.
A utilização de recursos próprios assinalou um crescimento de 14 M€ (+17,9%), essencialmente suportado pelo recurso a outros fundos próprios, com mais 9,3 M€ (+30,3%) e pelo desinvestimento que superou em 6 M€ (+14,9%) o valor de 2012.

Gráfico 5.1.2.
Financiamento do Investimento das EPNF - 2013



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O quadro supra demonstra o detalhe das fontes de financiamento utilizadas para fazer face ao investimento.

5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a 3.713 M€ (**Quadro 5.2.1.**), montante que representa um decréscimo de 366 M€ (-9%) em relação às necessidades geradas no exercício de 2012. Contribuíram para essa variação a redução observada na generalidade das rúbricas, sendo de destacar os défices operacionais menores e a redução do investimento. Exceção para os juros e encargos da dívida e outras necessidades de financiamento, que registaram um aumento de 318 M€ e 476 M€, respetivamente.

Quadro 5.2.1.
Financiamento Global das EPNF
Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros

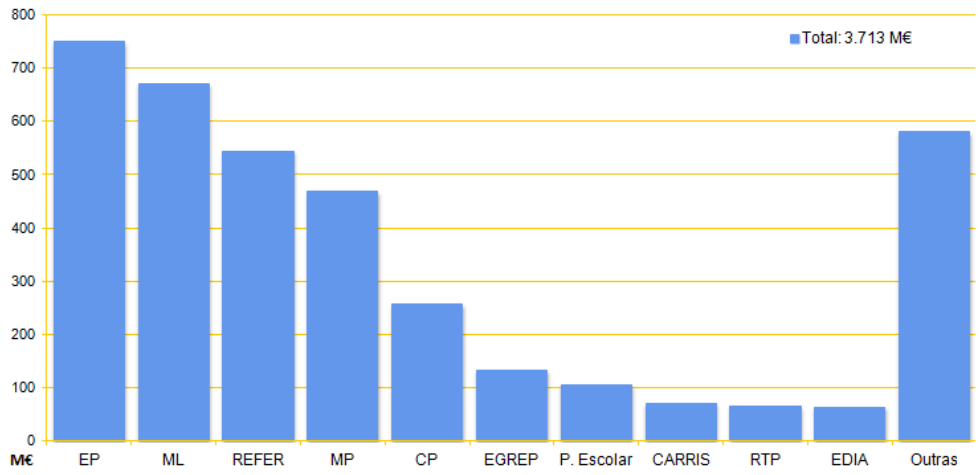
	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	**3.712.521**	**4.078.682**	**-366.160**	**-9,0%**
Défices operacionais antes de subsídios	425.172	439.069	-13.897	-3,2%
Investimento	1.081.315	1.639.759	-558.444	-34,1%
Juros e outros encargos da dívida	1.479.661	1.161.576	318.085	27,4%
Redução de endividamento	26.116	404.572	-378.456	-93,5%
Acréscimo das disponibilidades	154.955	363.966	-209.011	-57,4%
Outras necessidades de financiamento	545.302	69.739	475.563	681,9%
Fontes de Financiamento	**3.712.521**	**4.078.682**	**-366.160**	**-9,0%**
Recursos próprios	**1.590.705**	**1.335.246**	**255.460**	**19,1%**
Excedentes operacionais antes de subsídios	843.184	716.091	127.094	17,7%
Desinvestimento	48.263	42.004	6.259	14,9%
Outras fontes	121.934	146.422	-24.489	-16,7%
Utilização de disponibilidades	577.324	430.729	146.596	34,0%
Subsídios	**509.580**	**1.199.859**	**-690.278**	**-57,5%**
À exploração	241.288	269.287	-27.999	-10,4%
Ao investimento	268.292	930.571	-662.280	-71,2%
Dotações de capital	**506.631**	**482.546**	**24.085**	**5,0%**
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	**1.105.605**	**1.061.031**	**44.574**	**4,2%**

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, é importante evidenciar as diferenças existentes entre sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem no comportamento do agregado.

Assim, em 2013, o conjunto formado por 10 empresas, constantes do **Gráfico 5.2.1.**, representava 84,4% das necessidades de financiamento globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.

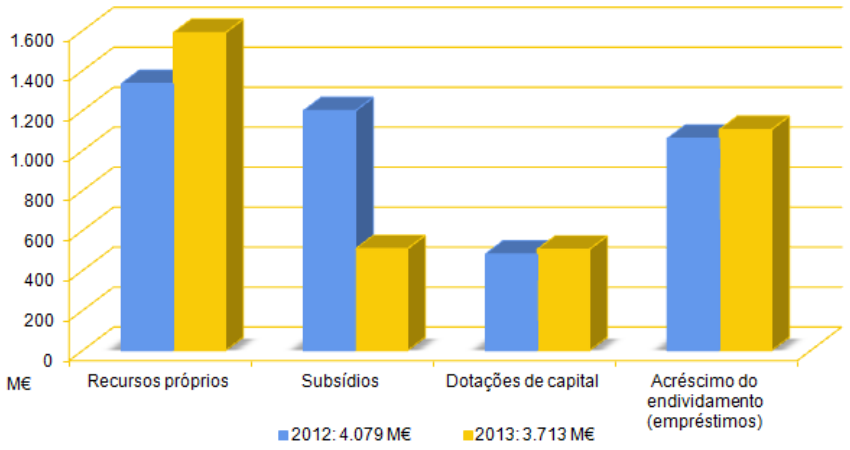
Gráfico 5.2.1.
Financiamento Global das EPNF / Necessidades de Financiamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A par da redução nas necessidades de financiamento no SEE (-9%), já referida, assistiu-se a um aumento da utilização dos recursos próprios em 256 M€ (+19,1%).

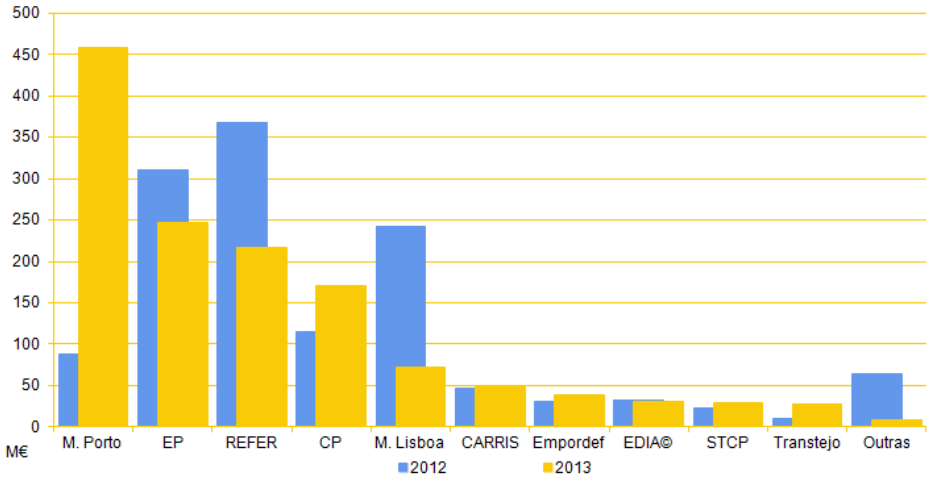
Gráfico 5.2.2.
Financiamento Global das EPNF / Fontes de Financiamento
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2013, 99,3% do acréscimo líquido total do endividamento teve origem em 10 empresas (**Gráfico 5.2.3.**), sendo de sublinhar que, deste montante, 52,4% é atribuível às empresas MP e EP.

Gráfico 5.2.3.
Acréscimo Líquido do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A renovação de empréstimos (**Quadro 5.2.4.**) é uma componente importante das necessidades globais de financiamento das EPNF. Como resultado da diminuição das necessidades de

financiamento em 2013, a renovação de empréstimos foi inferior ao ano de 2012, contudo, o aumento do endividamento financeiro de curto prazo, em detrimento do médio e longo prazo, resulta na renovação de empréstimos num total de 4.988 M€.

Quadro 5.2.4.
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

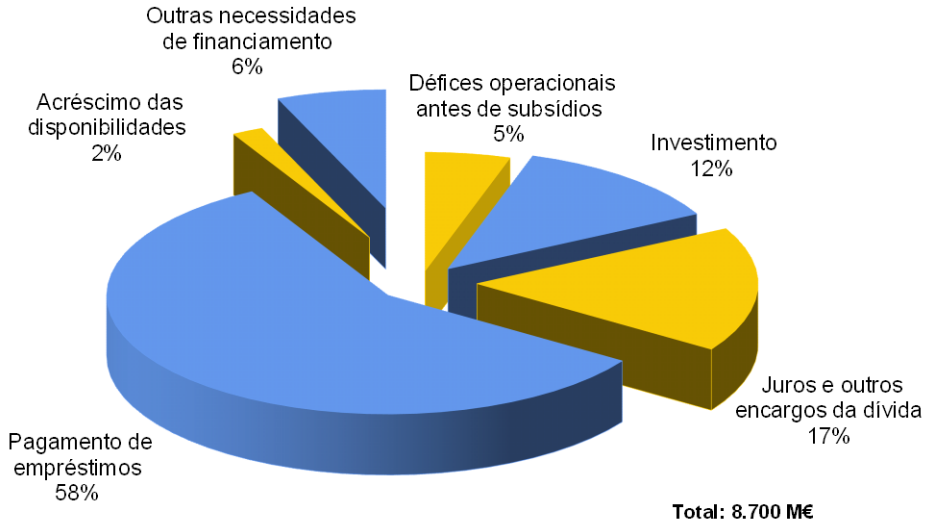
Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	**3.712.521**	**4.078.682**	**-366.160**	**-9,0%**
Renovação de empréstimos	4.987.719	6.172.508	-1.184.789	-19,2%
Com Renovação de empréstimos	**8.700.240**	**10.251.190**	**-1.550.949**	**-15,1%**

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em resultado, o pagamento de empréstimos (**Gráfico 5.2.4.**) representou 58% das necessidades totais de financiamento, continuando a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre as atividades das EPNF.

Gráfico 5.2.4.
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

5.3. Limite ao endividamento das EPNF

No âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013 (PEC) foi definido um conjunto extraordinário de medidas para o SEE, com vista ao aumento da eficiência, transparência e à geração de menores encargos futuros para o Estado.

No sentido de promover uma redução do crescimento do nível de endividamento, foram fixados limites máximos para a variação do endividamento das EPNF: 7% em 2010, 6% em 2011, 5% em 2012 e 4% 2013. Os limites impostos resultam num crescimento médio anual de cerca de 5,5%, durante o período em que vigora o PEC.

O universo das EPNF registaram, em termos globais, um acréscimo do endividamento de 613 M€, a que corresponde uma variação percentual de 1,8%.

Quadro 5.3.
Endividamento da EPNF

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
1. Empresas excepcionadas[1]				
Parpública	8.432.888	9.140.650	-707.762	-7,7%
Parque Escolar[2]	1.140.000	1.140.000	0	0,0%
Empordef	220.466	183.039	37.426	20,4%
APDL	20.000	20.000	0	0,0%
EDM[2]	10	36	-26	-73,2%
Sub-total 1	**9.813.364**	**10.483.725**	**-670.362**	**-6,4%**
2. Empresas sujeitas ao limite de 4%				
REFER[2]	7.184.100	6.962.328	221.773	3,2%
Metropolitano de Lisboa[2]	4.280.828	4.181.108	99.719	2,4%
CP	3.807.787	3.637.063	170.723	4,7%
EP[2]	3.203.094	2.963.705	239.388	8,1%
Metro do Porto[2]	3.180.620	2.723.497	457.123	16,8%
Carris	776.721	734.585	42.136	5,7%
EDIA	719.298	691.637	27.662	4,0%
Sector da Saúde	474.419	472.245	2.174	0,5%
STCP	395.935	370.665	25.270	6,8%
ENMC	360.019	366.567	-6.548	-1,8%
Parque Expo	183.205	194.244	-11.039	-5,7%
Transtejo[2]	177.944	163.200	14.744	9,0%
Administrações Portuárias[3]	141.164	146.334	-5.170	-3,5%
RTP[2]	73.384	64.930	8.454	13,0%
NAV	9.819	12.316	-2.497	-20,3%
LUSA	1.020	1.215	-195	-16,0%
OPART[2]	900	0	900	-
Docapesca	335	853	-518	-60,7%
Metro do Mondego	183	730	-548	-75,0%
Viana Polis[2]	111	211	-100	-47,4%
Sub-total 2	**24.970.884**	**23.687.432**	**1.283.452**	**5,4%**
TOTAL	**34.784.248**	**34.171.158**	**613.090**	**1,8%**

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas.

(1) - Excepcionada através do Despacho n.º 896/10 - SETF, de 26 de agosto.

(2) - Entidades classificadas pela autoridade estatistica nacional como integrantes das Administrações Públicas, em contas nacionais, de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais - SEC 95.

(3) - Excluindo APDL por ser EPR.

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

A abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado centra-se, essencialmente, na execução do Capítulo 60.º do Orçamento de Estado de 2013 excluindo designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de cofinanciamento em projetos de investimento visando a construção/beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público;
- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa, em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respetivos sectores de atividade.

No âmbito deste capítulo, apresenta-se a informação referente ao esforço financeiro do Estado relativo às empresas do SEE sendo, também, referenciadas as comparticipações financeiras atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2013, através de indemnizações compensatórias/comparticipações financeiras, dotações de capital e empréstimos, e pela assunção de passivos, excluindo a execução de garantias, ascendeu a 4.231 M€, o que corresponde a um decréscimo (-6,8%) relativamente ao ano transato.

Para além dos apoios financeiros referidos, regista-se ainda a realização de duas parcelas da comparticipação portuguesa no mecanismo europeu de estabilidade (803 M€), o aumento de capital no BANIF[13], no montante de 700 M€, e a subscrição pelo Estado de instrumentos de capital elegível, emitidos por aquele banco (400 M€), efetuados no âmbito do programa de recapitalização de instituições de crédito.

[13] Pese embora a maioria do capital social do banco seja da titularidade do Estado, não lhe são aplicáveis as regras do setor público empresarial, tendo sido recapitalizado ao abrigo de um regime legal específico, excecional e transitório.

Quadro 6.
Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Milhares de euros

Sectores	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	**4.230.889**	**4.539.272**	**-308.383**	**-6,8%**
Comunicação Social	65.161	455.024	(389.863)	-85,7%
Cultura	23.089	22.189	900	4,1%
Gestão de Infraestruturas	1.658.769	1.840.885	(182.116)	-9,9%
Aéreas	0	10.251	(10.251)	-
Ferroviários	935.293	849.034	86.259	10,2%
Rodoviárias	711.618	880.600	(168.982)	-19,2%
Outras Infraestruturas	11.858	101.000	(89.142)	-88,3%
Requalificação Urbana e Ambiental	0	20.000	(20.000)	-100,0%
Saúde	0	500	(500)	-
Transportes	1.962.012	1.122.874	839.138	74,7%
Outros sectores	521.858	1.077.800	-555.942	-51,6%
Empresas Públicas Financeiras	**1.100.000**	**1.650.000**	**-550.000**	**-33,3%**
Instituições de Crédito Privadas	**0**	**4.500.000**	**-4.500.000**	**-100%**
Organismos Internacionais	**802.944**	**802.944**	**0**	**0,0%**
Empresas Privadas	**41.581**	**20.577**	**21.004**	**102,1%**
Total	**6.175.414**	**11.512.793**	**-5.337.379**	**-46,4%**

Obs: Critério execução OE, incluindo as operações a concretizar no período complementar

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.1. Indemnizações Compensatórias

As EPNF registaram, em 2013, um decréscimo nos subsídios/compensações financeiras na ordem dos 13,9% (-48 M€) face ao ano anterior, com destaque para os sectores da Comunicação Social, dos Transportes e Imprensa Nacional - Casa da Moeda, nos quais as indemnizações compensatórias atribuídas decresceram, respetivamente, 40,3% (-44 M€) e 4,1% (-6,8 M€) e 100% (2,6 M€).

Quanto às compensações financeiras atribuídas a empresas privadas, verificou-se um aumento na ordem dos 102,1% (+21 M€), devido essencialmente às compensações financeiras decorrentes da prestação do serviço público de disponibilização dos títulos de transporte coletivo rodoviário de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa,

Quadro 6.1.
Indemnizações Compensatórias/Subsídios

Milhares de euros

	2013	2012	Variação Absoluta	Variação %
Empresas Públicas não Financeiras	**299.841**	**348.278**	**-48.437**	**-13,9%**
Comunicação Social	**65.161**	**109.148**	**(43.987)**	**-40,3%**
RTP	52.000	90.000	(38.000)	-42,2%
Lusa	13.161	19.148	(5.987)	-31,3%
Cultura	**22.189**	**22.189**	**0**	**0,0%**
Teatro Nacional D. Maria II	3.307	3.307	0	0,0%
Teatro Nacional de S. João	3.824	3.824	0	0,0%
OPART	15.057	15.057	0	0,0%
Gestão de Infraestruturas	**53.751**	**48.708**	**5.043**	**10,4%**
Infraestruturas Ferroviárias	**53.751**	**48.708**	**5.043**	**10,4%**
REFER	53.751	48.708	5.043	10,4%
Transportes	**158.740**	**165.583**	**(6.843)**	**-4,1%**
Transportes Rodoviários	**37.611**	**36.216**	**1.395**	**3,9%**
Carris	21.667	23.764	(2.096)	-8,8%
S.T.C.P.	15.722	12.207	3.515	28,8%
Serviços Municipais - transportes	221	245	(24)	-9,8%
Transportes Ferroviários	**100.139**	**101.473**	**(1.334)**	**-1,3%**
C.P.	37.677	39.085	(1.409)	-3,6%
Metro de Lisboa	47.897	48.717	(820)	-1,7%
Metro do Porto	14.565	13.670	895	6,5%
Transportes Fluviais	**8.107**	**8.161**	**(54)**	**-0,7%**
Soflusa	1.677	1.720	(43)	-2,5%
Transtejo	6.430	6.441	(12)	-0,2%
Transportes Aéreos	**12.883**	**19.733**	**(6.850)**	**-34,7%**
SATA Internacional	6.883	11.504	(4.621)	-40,2%
SATA Air Açores	1.997	1.987	9	0,5%
TAP	4.004	6.242	(2.238)	-35,9%
Outros Sectores	**0**	**2.650**	**(2.650)**	**-100,0%**
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	0	2.650	(2.650)	-100,0%
Empresas Privadas	**41.581**	**20.577**	**21.003**	**102,1%**
AEROVIP	210	1.889	(1.679)	-88,9%
Fertagus	385	756	(371)	-49,1%
Rodoviária Lisboa	10.467	0	10.467	-
Scotturb – Transportes Urbanos	152	0	152	-
Outros (Sistema Intermodal Andante)	240	26	214	827,6%
PT	0	2.390	(2.390)	-100,0%
TST - Transportes Sul do Tejo	5.438	0	5.438	-
Vimeca	7.059	0	7.059	-
Metro Transportes Sul	10.481	6.090	4.391	72,1%
Rodoviários Privados (Passe 4_18; Sub23 e Soci	7.150	9.427	(2.277)	-24,2%
Total	**341.421**	**368.855**	**(27.434)**	**-7,4%**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.2. Dotações de Capital

Em 2013 verificou-se um acréscimo de 26,5% nas dotações de capital face ao exercício anterior, destacando-se, nas EPNF, o montante atribuído às empresas dos sectores dos transportes e gestão de infraestruturas, totalizando 505 M€.

Quadro 6.2.
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

Milhares de euros

	2013	2012	Variação Absoluta	Variação %
Empresas Públicas Não Financeiras	**508.595**	**36.751**	**471.844**	**1283,9%**
Comunicação Social	**0**	**0**	**0**	**-**
RTP *	0	0	0	-
Gestão de Infraestruturas	**29.990**	**11.000**	**18.990**	**172,6%**
Infraestruturas Ferroviárias	**21.000**	**0**	**21.000**	**-**
REFER	21.000	0	21.000	-
Infraestruturas Rodoviárias	**8.990**	**0**	**8.990**	**-**
EP - Estradas de Portugal **	8.990	0	8.990	-
Outras Infraestruturas	**0**	**11.000**	**(11.000)**	**-100,0%**
SIMAB	0	11.000	(11.000)	-100,0%
Transportes	**475.429**	**0**	**475.429**	**-**
Metropolitano de Lisboa	475.429	0	475.429	-
Saúde	**0**	**500**	**(500)**	**-**
Centro Hospitalar de Lisboa Central	0	500	(500)	-
Outros Sectores	**2.334**	**24.689**	**(18.355)**	**-74,3%**
EDM ***	0	0	0	-
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural	0	4.000	(4.000)	-100,0%
Fundo Jessica	0	17.000	(17.000)	-100,0%
Fundo Recuperação Empresas - FCR	2.334	3.689	(1.355)	-36,7%
Empresas Sediadas no Estrangeiro	**842**	**561**	281	**50,0%**
Portugal Venture Capital Initiative	842	561	281	50,0%
Empresas Públicas Financeiras	**0**	**750.000**	**(750.000)**	**-100,0%**
CGD ****	0	750.000	(750.000)	-100,0%
Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira	**700.000**	**0**	**700.000**	**-**
BANIF	700.000	**0**	700.000	-
Organismos Internacionais	**802.944**	**802.944**	**0**	**-**
Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM)	802.944	802.944	0	0,0%
Total	**2.011.539**	**1.589.695**	**(278.156)**	**-17,5%**

Obs: Critério execução do OE, incluindo as operações concretizadas no período complementar de execução do OE.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) Não inclui a realização de um aumento de capital em 2012 no montante de 344,5 MEUR resultante da conversão da assunção pelo Estado do empréstimo contraído pela RTP junto do DEPFA Bank, PLC

(**) Não inclui a realização de um aumento de capital em 2012 no montante de 134 MEuros por conversão de créditos detidos pelo Estado resultantes da concessão pela DGTF de dois empréstimos.

(***) Não inclui a realização em 2013 de uma prestação acessória, por entrada em espécie, no montante de 13.731.185 Euros por transferência dos activos de urânio armazenados nas instalações da EDM. Esta prestação acessória tem caracter de prestação suplementar, incorporando o capital próprio da empresa.

(****) Não inclui a realização em 2012 de um aumento de capital social por incorporação de reservas, sendo 98.573 MEUR provenientes de "reservas de reavaliação legal do imobilizado" e 1.427 MEUR de "outras reservas".

6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias e são concedidos em condições financeiras que têm em conta o custo do endividamento do Estado.

Assim, em 2013, os empréstimos do Estado às empresas públicas não financeiras foram de 3.422 M€ (-9,9% em relação ao período homólogo), explicados fundamentalmente pela necessidade de assegurar o refinanciamento da dívida e o cumprimento de outros encargos assumidos, tendo sido atribuídos principalmente às empresas do sector dos Transportes (MP, ML e Transtejo) e das Infraestruturas (REFER e EP), que absorveram 84% do total, conforme **Quadro 6.3.**, abaixo.

Quadro 6.3.
Empréstimos concedidos no ano pelo Estado

Milhares de euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	**3.422.452**	**3.798.116**	**-375.664**	**-9,9%**
Cultura	**900**	**0**	900	-
OPART	900	0	900	-
Gestão Infraestruturas	**1.563.170**	**1.680.926**	**-117.756**	**-7,0%**
Infraestruturas Ferroviárias				
REFER	860.542	800.326	60.216	7,5%
Infraestruturas Rodoviárias				
Estradas de Portugal	702.628	880.600	-177.972	-20,2%
Requalificação Urbana	**0**	**20.000**	**-20.000**	**-100,0%**
Viana Polis	0	20.000	-20.000	-100,0%
Transportes	**1.328.064**	**957.536**	**370.528**	**38,7%**
Metro do Porto	776.311	308.954	467.357	151,3%
Metropolitano de Lisboa	433.128	648.582	-215.454	-33,2%
Transtejo	118.625	0	118.625	-
Outros Sectores	**530.318**	**1.139.654**	**-609.336**	**-53,5%**
EMA	8.000	14.000	-6.000	-42,9%
Parque Escolar	11.858	90.000	-78.142	-86,8%
PARUPS	283.190	286.057	-2.867	-1,0%
PARVALOREM	227.270	746.847	-519.577	-69,6%
UNIVERSIDADE DOS AÇORES	0	2.750	-2.750	-100%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Em 2013, na sequência da reclassificação de algumas empresas do SEE que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais (as denominadas EPR), as mesmas passaram a financiar-se junto do Estado, através da DGTF.

6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

No ano de 2013 não se verificou a assunção de passivos e de responsabilidades de empresas que integram o SEE.

Quadro 6.4.
Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros,

	2013	2012	Variação Absoluta	Variação %
Empresas Públicas Não Financeiras	**0**	**358.477**	**-358.477**	**-100%**
RTP, S.A.	0	345.877	-	-
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A. (em liquidação)	0	10.251	-	-

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.5. Garantias Concedidas

Em 2013 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de 147 M€, concentradas na área da gestão de infraestruturas.

Quadro 6.5.1.
Garantias Concedidas

Milhares de euros

	2013 Valor	2013 %	2012 Valor	2012 %
Empresas Públicas Não Financeiras	**146.871**	**100,0%**	**255.954**	**100,0%**
Gestão de Infraestruturas	**100.098**	**68,2%**	**0**	**0,0%**
Infraestruturas Aéreas	**79.432**	**54,1%**	**0**	**0,0%**
ANA [1]	79.432	54,1%	0	0,0%
Infraestruturas Portuárias	**10.000**	**6,8%**	**0**	**0,0%**
APL	10.000	6,8%	0	0,0%
Outras Infraestruturas	**10.667**	**7,3%**	**0**	**0,0%**
MARB	2.667	1,8%	0	0,0%
MARF	8.000	5,4%	0	0,0%
Serviços de Utilidade Pública	**46.773**	**31,8%**	**255.954**	**100,0%**
ADP	0	0,0%	19.386	7,6%
EGF	0	0,0%	139.324	54,4%
EPAL	46.773	31,8%	84.556	33,0%
SIMDOURO	0	0,0%	12.688	5,0%
Empresas Públicas Financeiras	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
TOTAL	**146.871**	**100,0%**	**255.954**	**100,0%**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

[1] Em fevereiro de 2013 a ANA foi privatizada, no entanto, estas garantias foram concedidas em data anterior a tal acontecimento.

Nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, que estabeleceu a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro, não foram concedidas garantias a empresas públicas financeiras em 2013.

No entanto, em outubro de 2013, entrou em vigor um contrato de garantia (Garantia de Carteira), assinado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento no dia 7 de dezembro de 2012, no âmbito do qual se assegurou, até ao limite de 2.800 M€[14], o cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pelas Instituições de Crédito nacionais (CGD, BES, BPI e BCP) junto do BEI, referentes a uma carteira de operações de financiamento de projetos desenvolvidos e a desenvolver em Portugal, cuja exposição poderá atingir um montante máximo de 6.000 M€.

Quadro 6.5.2
Total das Garantias Prestadas pelo Estado
(Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

Beneficiária	Em 31-12-2013	Em 31-12-2012	Variação Absoluta	Variação %
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	**16.537.611**	**16.539.632**	**(2.021)**	**0,0%**
Gestão de Infraestruturas	**4.573.681**	**4.791.638**	**(217.957)**	**-4,5%**
Infra-estruturas Aéreas	**-**	**149.738**	**-**	**-**
ANAM[1]	-	149.738	-	-
Infraestruturas Ferroviárias	**2.683.959**	**2.761.525**	**(77.566)**	**-2,8%**
GIL	39.462	49.647	(10.185)	-20,5%
REFER	2.644.497	2.711.878	(67.381)	-2,5%
Infraestruturas Portuárias	**49.167**	**40.357**	**8.810**	**21,8%**
APA	19.167	20.357	(1.190)	-5,8%
APDL	20.000	20.000	0	0,0%
APL	10.000	0	10.000	-
Infraestruturas Rodoviárias	**200.659**	**200.659**	**0**	0,0%
EP	200.659	200.659	**0**	0,0%
Outras Infraestruturas	**1.639.896**	**1.639.359**	537	0,0%
EDIA	545.174	551.859	(6.685)	-1,2%
MARB	2.500	0	2.500	-
MARF	7.500	0	7.500	-
MARL	34.722	37.500	(2.778)	-7,4%
Parque Escolar	1.050.000	1.050.000	0	0,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	**19.682**	**24.602**	**(4.920)**	**-20,0%**
Parque Expo 98	19.682	24.602	(4.920)	-20,0%
Serviços de Utilidade Pública	**1.635.530**	**1.612.505**	**23.025**	**1,4%**
AdP	1.388.485	1.389.672	(1.186)	-0,1%
EGF	113.254	126.861	(13.607)	-10,7%
EPAL	122.416	83.723	38.693	46,2%
SIMDOURO	11.375	12.250	(875)	-7,1%
Transportes	**5.192.817**	**5.437.693**	**(244.876)**	**-4,5%**
CARRIS	341.000	385.400	(44.400)	-11,5%
CP	812.133	856.809	(44.676)	-5,2%
MP	951.238	1.002.386	(51.148)	-5,1%
ML	2.813.446	2.918.098	(104.653)	-3,6%
STCP	220.000	220.000	0	0,0%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	**4.495.902**	**4.053.194**	**442.708**	**10,9%**
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,0%
PARUPS	691.458	727.850	(36.393)	-5,0%
PARVALOREM	3.177.100	3.318.000	(140.900)	-4,2%
SPE	7.128	7.128	0	0,0%
Parpública	**620.000**	**620.000**	**0**	0,0%
2 - Empresas Públicas Financeiras	**3.651.443**	**4.654.150**	**(1.002.707)**	-21,5%
CGD	3.600.000	4.600.000	-1.000.000	-21,7%
PARPARTICIPADAS	51.443	54.150	**(2.707)**	-5,0%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

[1] Em 2013 a ANAM foi incluída no acordo de privatização da ANA.

[14] A Garantia poderá ser acionada pelo BEI sempre que qualquer dos Bancos incumpra no pagamento, total ou parcial, de qualquer prestação de capital e/ou de juros ou de quaisquer outros montantes devidos no âmbito dos respetivos contratos, nas datas devidas, não podendo os respetivos acionamentos ultrapassar, em termos acumulados, o montante máximo de 2.800 M€.

As garantias às empresas públicas não financeiras visaram facilitar ou criar melhores condições para a obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento dos planos de investimento dessas empresas.

No final de 2013, as responsabilidades efetivas do Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por EPNF atingia o montante de 16.538 M€.

Para além das garantias financeiras atrás referidas, o Estado garante ainda o pagamento da justa indemnização em casos de expropriações, no quadro do Código das Expropriações, ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida em sua substituição.

Neste âmbito, o Estado procedeu, no exercício de 2013, ao pagamento da quantia de cerca de 315 m€, relativamente a indemnizações devidas por empresas que integram o SEE, tal como consta no quadro abaixo.

Quadro 6.5.3.
Execução de garantias prestadas no âmbito do Código das Expropriações

Milhares de euros

			Variação	
	2013	2012	Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	**315**	**971**	**-656**	**-68%**
Viseu Polis, S.A.	8	500	-492	-98,4%
Gaia Polis, S.A.	-	8	-	-
Chaves Polis S.A. (em liquidação)	307	462	-155	-33,5%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

No decurso de 2013, a DGTF assegurou o acompanhamento dos processos de liquidação de 14 sociedades, 3 dos quais iniciados nesse ano (ENI - Gestão de Planos Sociais, S.A., ENVC, Sociedade Imobiliária, S.A. e COSTAPOLIS - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, S.A.), tendo-se procedido ao encerramento do processo de liquidação da ENVC, Sociedade Imobiliária, S.A..

A liquidação da extinta ENVC, Sociedade Imobiliária, S.A. processou-se por transmissão global de património para o Estado, tendo naquele âmbito sido transmitido, em 2013, para o Estado um saldo de liquidação, avaliado em cerca de 13 M€, constituído em cerca de 95% por património imobiliário.

Quadro 6.6.
Saldo de liquidação de sociedade extintas em 2013

Milhares de euros

Entidades	Ativo	Passivo	Saldo
ENVC, Sociedade Imobiliária, S.A.	12.951	5	12.946

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Em 2013 a DGTF procedeu à regularização de responsabilidades supervenientes à extinção de sociedades que integravam o SEE, no valor global de 20 m€, correspondendo 12 m€ a obrigações da EPAC - Empresa para Agroalimentação e Cereais, S.A., e 8 m€ euros a despesas imputadas à Casa da Música/Porto 2001, S.A..

Ainda em 2013, foram transferidos para a DGTF ativos supervenientes à extinção de sociedades que integravam o SEE, no valor global de 302 m€, por conta da Gestnave, Serviços Industriais, S.A. (180 m€), da PEC Tejo - Indústria de Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, S.A. (4 m€), da Arco Ribeirinho Sul, S.A. (97 m€) e da Frente Tejo, S.A. (21 m€ euros).

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

Quadro 6.7.
Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	**49.524**	**56.863**	**(7.339)**	**-12,9%**
Gestão de Infraestruturas	**11.664**	**14.941**	**(3.277)**	**-21,9%**
Aéreas	**3.469**	**5.943**	**(2.474)**	**-41,6%**
ANA	0	5.943	(5.943)	-100,0%
NAV	3.469	0	3.469	-
Portuárias	**8.195**	**8.998**	**(803)**	**-8,9%**
APDL	3.745	3.870	(125)	-3,2%
APSS	1.853	1.989	(136)	-6,8%
APS	2.597	3.139	(542)	-17,3%
Serviços de Utilidade Pública	**0**	**41.400**	**(41.400)**	**-100,0%**
AdP	0	992	(992)	-100,0%
CTT	0	40.407	(40.407)	-100,0%
PARPÚBLICA	**37.500**	**0**	37.500	-
Outros Sectores	**359**	**522**	**(163)**	**-31,2%**
ASTRA ZENECA	5	5	(0)	-
EDM	354	428	(74)	-17,2%
LISNAVE	0	89	(89)	-100,0%
Empresas Públicas Financeiras	**372**	**272**	**100**	**36,7%**
PME Investimentos, SA	372	272	100	36,7%
Total Empresas Públicas	**49.896**	**57.135**	**(7.239)**	**-12,7%**
Outras Entidades Públicas Não Financeiras	**777**	**1.364**	**(587)**	**-43,0%**
IHRU	777	1.364	(587)	-43,0%
Outras Entidades Públicas Financeiras	**359.324**	**18.699**	**340.624**	**1821,6%**
Banco de Portugal	359.324	18.699	340.624	1821,6%
Total Empresas Públicas e Banco de Portugal	**409.996**	**77.198**	**332.798**	**431,1%**

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado
Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um acréscimo de 431,1%, determinado, essencialmente, pelo valor entregue pelo Banco de Portugal. Em sentido contrário, as empresas do sector dos Serviços de Utilidade Pública (Águas de Portugal e CTT), pelo facto de em 2013 já não se encontrarem no conjunto das participações diretas do Estado/DGTF, não entregaram dividendos.

6.8. Programa de Recapitalização da Banca

No quadro das medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito, no âmbito da Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira (IREF) e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, ao abrigo do regime legal de recapitalização das instituições de crédito portuguesas (Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, alterada e republicada pela Lei n.º 4/2012, de 11 de janeiro), o Estado subscreveu 400 M€ de Instrumentos de Capital elegíveis para Core Tier 1 ("ISE") e realizou um aumento de capital de 700 M€, no BANIF - Banco Internacional do Funchal, SA.

Considerando o montante das operações de recapitalização do BCP e do BPI, em 2012 e do BANIF em 2013, o Estado Português aplicou 5.600 M€ do total dos 12.000 M€ que constituem a dotação global da linha de recapitalização disponível ao abrigo do mecanismo de apoio à solvabilidade bancária previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Apresenta-se, seguidamente, um resumo dos movimentos realizados até ao final de 2013 com os valores das operações efetuadas de ISEs, bem como sobre os juros recebidos pelo Estado[15]:

[15] As operações da CGD não estão consideradas na IREF.

Quadro 6.8.
Programa de Recapitalização para as Instituições de Crédito Portuguesas

Milhares de euros

Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's) subscritos pelo Estado	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
BANIF	400.000	-	400.000	-
BCP	0	3.000.000	-3.000.000	-100,0%
BPI	0	1.500.000	-1.500.000	-100,0%
CGD	0	900.000	-900.000	-100,0%
TOTAL	**400.000**	**5.400.000**	**-5.000.000**	**-92,6%**

Recompra de Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's)	2013	2012	Variação	
			Absoluta	%
BANIF	150.000	0	150.000	
BCP	0	0	0	-
BPI	280.000	300.000	-20.000	-6,7%
CGD	0	0	0	-
TOTAL	**430.000**	**300.000**	**130.000**	**43,3%**

Instrumentos de Capital Core Tier 1 (ISE's) Juros Pagos	2013		2012		Variação	
	Montante	Data	Montante	Data	Absoluta	%
BANIF	**19.884**		**0**		**19.884**	
	18.569	25-07-2013				
	1.315	29-08-2013				
BCP	**253.398**		**124.900**		**128.498**	**102,9%**
	124.900	29-06-2013	124.900	29-12-2012		
	128.498	29-12-2013				
BPI	**84.786**		**55.581**		**29.206**	**52,5%**
	3.423	13-03-2013	2.035	13-08-2012		
	41.633	29-06-2013	3.585	04-12-2012		
	324	16-07-2013	49.960	29-12-2012		
	39.406	29-12-2013				
CGD	**76.019**		**37.470**		**38.549**	**102,9%**
	37.470	29-06-2013	37.470	29-12-2012		
	38.549	29-12-2013				
TOTAL	**434.088**		**217.951**		**216.137**	**99,2%**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

7. Responsabilidades Contingentes

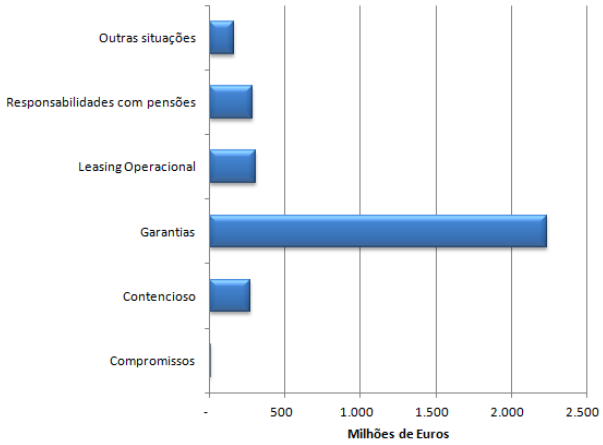
A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de "Responsabilidade Contingente" comummente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 31 de dezembro, 511 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 3.267 M€, representando um decréscimo de cerca 35,3% face ao número de operações reportado em 31 de dezembro de 2012.

A elevada variação verificada decorre da revisão pela Parque Escolar dos critérios a tomar em consideração no que respeita à categoria "compromissos", dado existir um elevado montante contratualizado que, caso não seja executado, a Parque Escolar não incorre em qualquer responsabilidade, sendo que nestes casos não se enquadram na definição de 'responsabilidade contingente' no âmbito do SNC.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2.772 M€ (cerca de 84,6% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 55,9%), a TAP (com 15,4%), o ML (com 8,7%) e a EP (com 4,6%).

Gráfico 7. - Responsabilidades contingentes por tipologia



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, *leasing* operacional e contencioso correspondendo, respetivamente, a 2.239 M€ (68,5%), 307 M€ (9,4%), 260 M€ (8%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 88% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 80,9% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 7. - Responsabilidades Contingentes por Sector

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	7	7.184	6	4.325	1	2.859	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	5	7.828	3	3.096	1	2.051	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	13	2.608	9	2.123	2	0	2	486
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	6	151.608	3	150.474	1	0	2	1.134
1.3.5.Outras Infraestruturas	22	17.570	1	416	18	15.162	2	120
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	19	18.048	1	16	16	18.016	2	16
1.5. Saúde	253	78.498	0	0	225	61.252	13	524
1.6. Serviços de Utilidade Pública	24	1.830.495	5	1.812.105	11	0	0	0
1.7. Transportes	93	929.298	55	172.996	33	154.422	1	304.921
1.8. Parpública	14	121.750	1	1.942	5	6.182	4	198
1.9. Outros Sectores	55	102.585	27	91.457	17	10.173	7	268
Total	**511**	**3.267.472**	**111**	**2.238.951**	**313**	**259.944**	**26**	**307.399**

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de "contencioso", são a TAP[16], a Parque Expo e a Parque Escolar, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

O *leasing* operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

[16] Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

8. Instrumentos de Gestão Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a essa agência a gestão dos IGRF contratados pelas EPR, tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das EPNR, submeterem a parecer do IGCP, E.P.E. os IGRF.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Em resultado deste processo, e do vencimento de algumas operações, à data de 31 de dezembro de 2013 subsistiam 53 IGRF nas carteiras de 12 empresas, repartidas por cinco sectores de atividade, com um nocional agregado de 2.660 M€, e um valor de mercado negativo da ordem dos 1.543 M€.

Desse universo, 9 derivados com estruturas do tipo "*snowball*" estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos interpostos pela contraparte[17]. O valor contratual e o valor de mercado destas 9 operações no final de 2013 ascendia a cerca de 457 M€ e -1.200 M€, respetivamente.

No que diz respeito às restantes 44 operações, o quadro seguinte exibe o valor contratual e o valor de mercado dos IGRF (*MtM*) por empresa:

[17] O Banco Santander Totta, contraparte destas 9 operações, interpôs em Abril de 2013 num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

Quadro 8.1. - IGRF por Sector (excluindo os 9 derivados cuja validade está a ser discutida nos tribunais)

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	Valor contratual	IGRF - MtM	Endividamento	MtM/Dívida (%)
APL[1]	1	12.900	-2.294	121.076	-1,9%
Refer	1	150.000	3.383	7.184.100	0,0%
Subtotal Infra-Estruturas	***2***	***162.900***	***1.090***	***7.305.177***	***0,0%***
Carris	2	186.000	-36.358	776.721	-4,7%
CP	3	273.729	-65.248	3.807.787	-1,7%
Metro Porto	2	107.059	-20.204	3.187.147	-0,6%
Metropolitano Lisboa	16	699.299	-65.083	4.281.014	-1,5%
TAP	9	94.805	4.763	841.989	0,6%
Transtejo	1	27.500	-3.957	177.058	-2,2%
Subtotal Transportes	***33***	***1.388.392***	***-186.086***	***13.071.715***	***-1,4%***
ADP	4	170.000	-34.158	606.503	-5,6%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	***4***	***170.000***	***-34.158***	***606.503***	***-5,6%***
SIMAB	1	17.361	-183	29.671	-0,6%
Subtotal Outros Setores	***1***	***17.361***	***-183***	***29.671***	***-0,6%***
Parpública[2]	***4***	***465.069***	***-123.229***	***4.793.096***	***-2,6%***
Total Geral	**44**	**2.203.722**	**-342.566**	**25.806.162**	**-1,3%**

(1) – Derivado embutido num contrato mútuo

(2) – Inclui obrigações convertíveis sobre ações da GALP

Fonte: Empresas

O quadro supra evidencia ainda o peso do valor de mercado dos IGRF contratados (*MtM*), à data de 31 de dezembro, face ao endividamento das empresas.

Em termos da exposição ao risco de taxa de juro, foi feita uma análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma variação positiva de 1% na curva de rendimentos do euro teria um impacto favorável de cerca de 108 M€, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 148 M€[18] no valor da carteira (Fonte: IGCP).

Quadro 8.2. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro (excluindo os 9 derivados cuja validade está a ser discutida nos tribunais)

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	IGRF - MtM	+1%	-1%
AdP	4	-34.158	4.291	-5.570
APL	1	-2.294	465	-467
Carris	2	-36.358	1.772	-1.247
CP	3	-65.248	3.402	-2.626
SIMAB	1	-183	0	0
Metropolitano Lisboa	16	-65.083	37.558	-64.910
Metro Porto	2	-20.204	433	-1.667
Parpública	4	-123.229	58.783	-71.137
Refer	1	3.383	-582	886
TAP	9	4.763	710	-671
Transtejo	1	-3.957	854	-691
Total	**44**	**-342.566**	**107.685**	**-148.100**

Fonte: IGCP

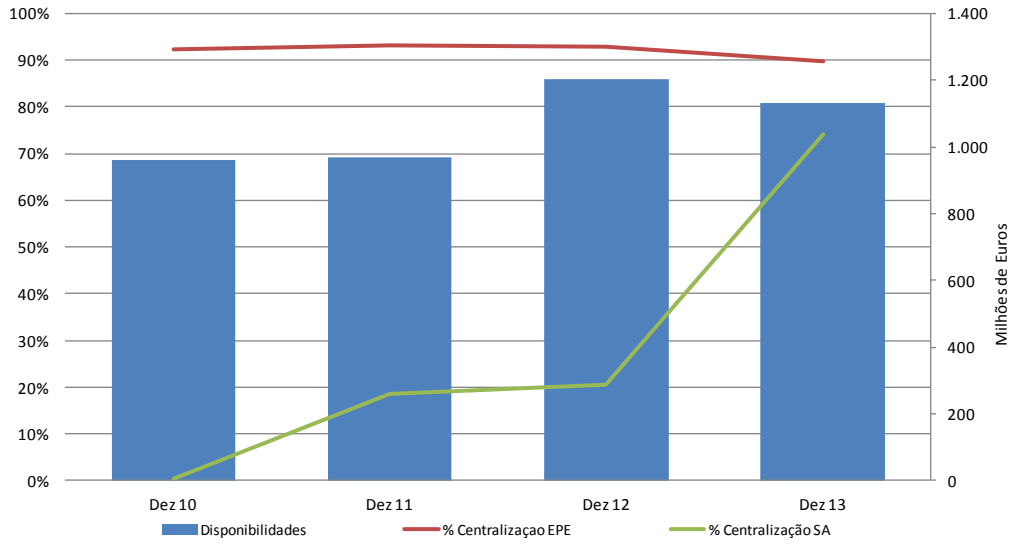
[18] Nesta análise impôs-se como limite que as taxas de juro não poderiam assumir valores negativos, pelo que nos prazos mais curtos o choque de facto imposto à curva foi inferior (em valor absoluto) a 1%.

9. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF.

Tabela 9.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa

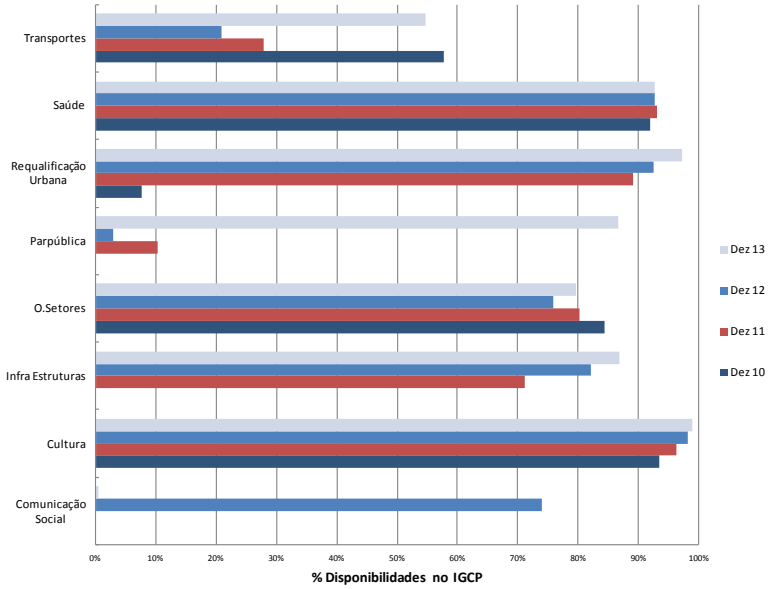


Fonte: SIRIEF

As EPE têm apresentado uma taxa de centralização relativamente estável, na ordem dos 91%. No entanto, no final de 2013, em linha com o já sucedido em 2011, verificou-se uma quebra na taxa de centralização das disponibilidades para 89,7%, a qual é explicada essencialmente pelo sector dos Transportes.

Em 31 de dezembro de 2013, as SA apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 74,3%, representando um acréscimo de 54% face ao ano anterior, sendo explicado por um aumento da taxa de centralização de fundos da Parpública, ainda que em termos absolutos tenha ocorrido uma redução das disponibilidades depositadas no IGCP. Note-se que no final do ano, a Parpública representava 11,6% do total dos fundos depositados pelas empresas do SEE no IGCP.

Tabela 9.2. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade

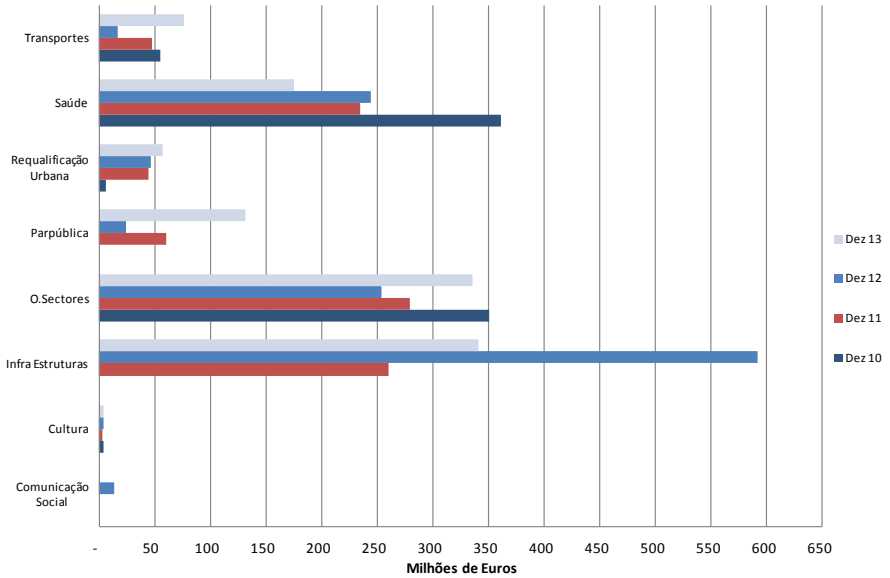


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de percentagem de centralização de fundos no IGCP continuam a ser os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por sector de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar assume um peso significativo.

Tabela 9.3. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

10. PESO DO SEE NA ECONOMIA

No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm}, como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

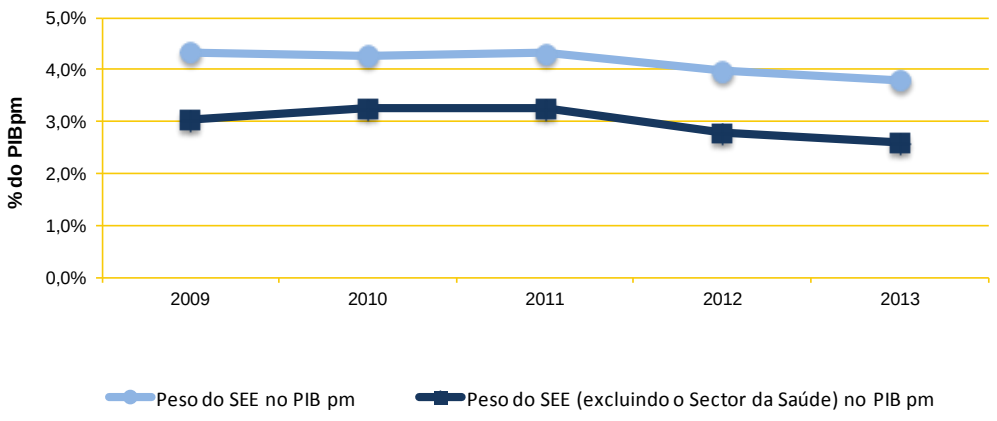
Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão do método de apuramento do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os incluídos em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de fatores.

De referir, também, que o universo das empresas tem vindo ao longo dos últimos anos a sofrer alterações, através da empresarialização dos hospitais do Sector Público Administrativo, como a fusão entre hospitais EPE e hospitais SPA, e a redução do universo de empresas detidas pelo Estado através de privatizações.

10.1. Peso no Produto Interno Bruto

Em 2013 o peso do SEE na economia, medido pelo rácio VAB_{pm}SEE /$PIB_{pm,}$ foi de 3,8% e de 2,8% se excluirmos as empresas do sector da Saúde (**Gráfico 10.1.**). Em ambos as situações, verifica-se uma redução de 0,2 p.p. do peso das empresas que constituem a carteira do Estado, mantendo a tendência decrescente dos últimos anos.

Gráfico 10.1.
Peso do SEE no PIBpm



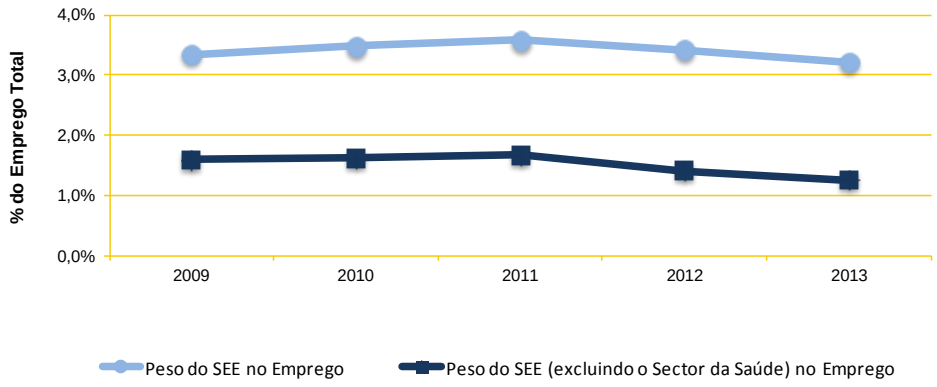
10.2. Peso no Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE revelou uma redução de 5% relativamente ao exercício anterior.

Sem considerar o sector da Saúde, o número de trabalhadores do SEE registou uma queda superior, cerca de 10,3% face ao ano de 2012.

Consequentemente, o peso relativo do emprego no SEE sem sector da Saúde face ao total da economia nacional também observou uma redução face a anos anteriores, para cerca de 1,3%.

Gráfico 10.2.
Peso do SEE no Emprego



10.3. Produtividade relativa do SEE

O indicador de produtividade relativa (peso do SEE no PIB / peso do SEE no Emprego), observou um crescimento de 1,6%, conforme quadro seguinte. Sem contar com o sector da Saúde, a produtividade registou um crescimento superior, de 4,3%, que é explicado pelo decréscimo do número de trabalhadores do SEE.

Quadro 10.3. Produtividade Relativa no SEE

Produtividade relativa SEE	2013	2012	Variação
Peso no PIB			(p.p.)
SEE	3,8%	4,0%	(0,2)
SEE sem sector Saúde	2,6%	2,8%	-0,1
Peso no Emprego			
SEE	3,2%	3,4%	(0,2)
SEE sem sector Saúde	1,2%	1,4%	(0,2)
Produtividade			(%)
SEE	1,18	1,16	1,6%
SEE sem sector Saúde	2,07	1,99	4,3%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11. ANEXOS

11.1. Empresas Públicas em 2013 e 2012

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2013		2012	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	**10.921.816.671**		**10.442.266.579**	
1.1. Comunicação Social	**1.425.043.340**		**1.425.043.340**	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000	50,14	2.670.000	50,14
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA*	1.422.373.340	100,00	1.422.373.340	100,00
1.2. Cultura	**7.500.000**		**7.500.000**	
OPART - Organismo de Produção Artistica, EPE	4.000.000	100,00	4.000.000	100,00
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00
Teatro Nacional S. João EPE*	2.500.000	100,00	2.500.000	100,00
1.3. Gestão de Infraestruturas	**1.672.463.956**		**1.649.223.956**	
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	**25.000.000**		**31.750.000**	
ANAM-Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	0	-	6.750.000	10,00
Navegação Aérea de Portugal-NAV Portugal, EPE	25.000.000	100,00	25.000.000	100,00
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	**451.200.000**		**430.200.000**	
REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE*	451.200.000	100,00	430.200.000	100,00
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	**236.135.000**		**236.135.000**	
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões,SA	51.035.000	100,00	51.035.000	100,00
APL-Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000	100,00	60.000.000	100,00
APS-Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000	100,00	80.000.000	100,00
APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra,SA	15.100.000	100,00	15.100.000	100,00
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	**472.990.000**		**464.000.000**	
EP - Estradas de Portugal, SA*	472.990.000	100,00	464.000.000	100,00
1.3.5.Outras Infraestruturas	**487.138.956**		**487.138.956**	
Docapesca-Portos e Lotas, SA	8.528.400	100,00	8.528.400	100,00
EDIA-Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA	387.267.750	100,00	387.267.750	100,00
Parque Escolar, EPE*	91.342.806	100,00	91.342.806	100,00
1.4. Requalificação Urbana	**146.650.750**		**165.810.750**	
CostaPolis-Soc.Des.Programa Polis Costa Caparica,SA	0	-	19.160.000	60,00
Parque Expo 98, SA	82.454.750	99,77	82.454.750	99,77
Polis Litoral Norte, SA*	13.833.000	53,00	13.833.000	53,00
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA*	17.192.000	56,00	17.192.000	56,00
Polis Litoral Sudoeste,SA*	9.996.000	51,00	9.996.000	51,00
PolisLitoral Ria Formosa,SA*	14.175.000	63,00	14.175.000	63,00
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo,SA*	9.000.000	60,00	9.000.000	60,00

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

* Empresas Públicas Reclassificadas

(continua)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2013		2012	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.5. Saúde	**1.853.162.217**		**1.853.162.225**	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	40.930.000	100,00	40.930.000	100,00
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	24.920.930	100,00	24.920.930	100,00
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Leiria, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	95.322.302	100,00	95.322.302	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000	100,00	126.860.000	100,00
Centro Hospitalar de São João, EPE	112.000.000	100,00	112.000.000	100,00
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	66.992.791	100,00	66.992.791	100,00
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	58.753.000	100,00	58.753.000	100,00
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	49.582.000	100,00	49.582.000	100,00
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	60.434.880	100,00	-	-
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	43.930.000	100,00	43.930.000	100,00
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	40.284.651	100,00	40.284.651	100,00
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	-	-	38.012.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	26.642.791	100,00	26.642.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	36.854.419	100,00	36.854.419	100,00
Centro Hospitalar do Porto, EPE	142.704.000	100,00	142.704.000	100,00
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	59.080.000	100,00	59.080.000	100,00
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	50.279.540	100,00	50.279.540	100,00
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000	100,00	162.930.000	100,00
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	13.750.602	100,00	13.750.602	100,00
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Hospital de Faro, EPE	-	-	22.422.097	100,00
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	20.000.000	100,00	20.000.000	100,00
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	20.950.000	100,00	20.950.000	100,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	39.592.791	100,00	39.592.791	100,00
Hospital do Espirito Santo de Évora, EPE	24.102.535	100,00	24.102.535	100,00
Hospital Garcia da Orta, EPE	60.419.535	100,00	60.419.535	100,00
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	18.200.000	100,00	18.200.000	100,00
Hospital Santa Maria Maior, EPE	15.689.302	100,00	15.689.302	100,00
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000	100,00	19.950.000	100,00
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000	100,00	49.880.000	100,00
IPO - Porto, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	13.877.236	100,00	13.877.236	100,00
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	12.516.000	100,00	12.516.000	100,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	33.854.419	100,00	33.854.419	100,00
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	48.870.523	100,00	48.870.523	100,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	59.408.063	100,00	59.408.063	100,00
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	7.000.000	100,00	7.000.000	100,00
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	34.940.000	100,00	34.940.000	100,00
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	21.999.907	100,00	21.999.907	100,00

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

* Empresas Públicas Reclassificadas

(continua)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2013		2012	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.6. Transportes	**3.374.247.059**		**2.898.818.020**	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270	100,00	163.532.270	100,00
CP-Comboios de Portugal, EPE	1.995.317.000	100,00	1.995.317.000	100,00
Metro do Mondego, SA	569.750	53,00	569.750	53,00
Metro do Porto, SA*	3.000.000	40,00	3.000.000	40,00
Metropolitano de Lisboa, EPE*	1.079.179.039	100,00	603.750.000	100,00
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000	100,00	79.649.000	100,00
TRANSTEJO-Transportes do Tejo, SA*	53.000.000	100,00	53.000.000	100,00
1.7. Parpública	**2.000.000.000**		**2.000.000.000**	
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000	100,00	2.000.000.000	100,00
1.8. Outros Sectores	**442.749.348**		**442.708.288**	
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, EPE	50.000	100,00	50.000	100,00
AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal,EPE	114.927.980	100,00	114.927.980	100,00
EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS,SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA*	66.000.000	100,00	66.000.000	100,00
Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa SGPS,SA	174.275.000	100,00	174.275.000	100,00
ENCM- Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, EPE (Ex-EGREP)	250.000	100,00	250.000	100,00
FRME-Fundo pª. Revit. Modern.Tecido Emp. ,SGPS, SA	46.971.559	64,96	46.971.559	64,96
Portugal Capital Ventures, SCR, SA	4.174.810	10,33	4.133.750	10,23
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA*	100.000	100,00	100.000	100,00
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	6.000.000	100,00	6.000.000	100,00
2. Empresas Públicas Financeiras	**5.910.132.750**		**5.910.132.750**	
Caixa Geral de Depósitos, SA	5.900.000.000	100,00	5.900.000.000	100,00
PME Investimento,SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
SOFID - Soc. Para o Financiamento Desenvolvimento Instituição Financeira de Crédito, SA	5.999.000	59,99	5.999.000	59,99
3. Empresas Sediadas no Estrangeiro	**713.298**		**713.298**	
Fundo de Estabilização da Zona Euro, SA	713.298	2,51	713.298	2,51
4. Organismos Internacionais	**17.564.400.000**		**17.564.400.000**	
Mecanismo Europeu de Estabilidade - ESM	17.564.400.000	2,51	17.564.400.000	2,51
4. Total	**34.397.062.719**		**33.917.512.628**	

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

* Empresas Públicas Reclassificadas

11.2. Outras Participações (carteira acessória)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2013		2012	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras				
Indústria	**74.980**		**74.980**	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,00	74.820	25,00
Sociedade Aguas da Curia, SA	160	0,01	160	0,01
Outros sectores	**1.148.610**		**1.960.524**	
CIMPOFIM - Projectos Técnicos e Financeiros, SA	0	-	648.435	18,70
CNEMA - Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas, SA	30.000	0,91	30.000	0,91
Comundo - Consorcio Mundial Export. Importação, SA	17	0,00	17	0,00
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré, CRL	3	0,00	3	0,00
Estrela, SGPS, SA	187	0,00	187	0,00
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	-	-	200.000	100,00
Gestínsua - Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil., SA	8.750	17,50	8.750	17,50
Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA	20	0,00	20	0,00
Mac Coelho	4	0,00	-	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, SA	36.450	29,16	-	-
Matur - Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira, SA	20	0,00	20	0,00
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	17.500	1,54	17.458	3,50
Norvalor	25	0,00	-	-
Parques de Sintra - Monte da Lua, SA	875.000	35,00	875.000	35,00
Parquinverca - Coop. Abastecimento Alimentar, SCARL	50	0,00	50	0,00
Parups, SA	50.000	100,00	50.000	100,00
Parvalorem, SA	50.000	100,00	50.000	100,00
Portugal Telecom, SGPS, SA	15	0,00	15	0,00
SANJIMO - Soc. Imobiliária, SA	4.930	7,97	4.930	7,97
Soc. Imagem Real, Ld.ª	288	0,00	288	0,00
Sonagi - Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	500	0,01	500	0,01
SPIDOURO - Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes, SA	74.850	8,30	74.850	8,30
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,00	1	0,00
Empresas Públicas Financeiras	**700.050.000**		**50.000**	
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	700.000.000	68,77	0	0,00
Parparticipadas, SGPS, SA	50.000	100,00	50.000	100,00
Empresas Sediadas na Estrangeiro	**18.859.205**		**18.859.205**	
IPE MACAU - Invest. e Participações Empresarias, SARL*	90.974	100,00	90.974	100,00
IO - Investment Opportunities, SA	6.200.000	15,05	6.200.000	15,05
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,23	12.500.000	11,23
WTC MACAU - World Trade Center Macau, SARL*	68.230,82	2,50	68.230,82	2,50
Total	**720.132.795**		**20.944.709**	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Nota: Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(*) Foi considerado o câmbio de 31.12.2013

11.3. Empresas em liquidação

Euros

Empresas	Participação DGTF			
	2013		2012	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,00	1.241.383	0,00
AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,00	5.700.000	60,00
CIMPOFIM, Projetos Técnicos e Financeiros, SA	648.435	18,70	-	-
CostaPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis na Costa da Caparica	19.160.000	60,00	-	-
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000	82,50	3.300.000	82,50
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	100,00	-	-
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, Lda *	69.134	24,10	69.134	24,10
GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA	5.778.000	60,00	5.778.000	60,00
Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, Lda *	4.651.824	37,30	4.651.824	37,30
Metalúrgica Casal, SA *	5	0,00	5	0,00
METANOVA - Comércio e Gestão de Imóveis, SA *	37.410	10,00	37.410	10,00
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,00	4.591.000	60,00
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000	60,00	1.500.000	60,00
SetúbalPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,00	3.830.000	60,00
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.407.000	100,00	46.407.000	100,00
Sociedade Pereira Pinto, Lda (Farmácia Central de Carcavelos)	4.750	95,00	4.750	95,00
TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,00	1.459.000	60,00
Vilaria-Sociedade Imobiliária, SA *	5.235	10,47		
ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,00	9.600.000	60,00
Total	**108.183.176**		**88.169.506**	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

* Liquidação no quadro de processo de falência/insolvência.

Obs: Para aferição da data da conclusão da liquidação considerou-se a data da aprovação da conta final de liquidação.

11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2013

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					Outras Infraestruturas	Total				
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA						
Vendas e Serviços Prestados	205.980,5	4.885,8	173.162,1	149.505,6	100.120,8	1.100.002,8	1.522.791,4	93.031,0	1.615.822,3	16.266,4	509.314,6	4.222.465,0	414.913,7
Subsídios à exploração	42.376,3	20.108,4	0,0	1.121,2	43.700,0	0,0	44.821,2	823,0	45.644,3	63,7	133.081,8	92.085,0	14,1
Ganhos / perdas imputados às subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	138,8	0,0	2.200,0	0,0	2.338,8	(260,3)	2.078,5	0,0	(3.669,8)	24.794,0	3.527,2
Variação nos inventários da produção	0,0	202,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	29.430,5	29.430,5	0,0	0,6	(9.403,0)	1.755,8
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	1.525,3	527,5	0,0	0,0	2.052,8	5.302,0	7.354,8	1.754,5	2.733,2	18.130,0	1.251,4
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(68.542,6)	(20,8)	(318,7)	(3.188,8)	(6.401,7)	(388.584,0)	(398.493,2)	(2.180,7)	(400.673,9)	(157,1)	(39.919,8)	(316.279,0)	(75.401,8)
Fornecimentos e Serviços Externos	(39.442,5)	(6.856,8)	(14.279,8)	(27.611,6)	(94.403,5)	(163.113,3)	(299.408,2)	(48.861,9)	(348.270,1)	(11.297,7)	(308.127,3)	(2.125.799,0)	(107.243,1)
Gastos Com o Pessoal	(91.755,2)	(19.175,0)	(126.421,5)	(53.314,7)	(90.559,1)	(34.691,2)	(304.986,5)	(26.511,1)	(331.497,6)	(10.814,5)	(281.978,8)	(933.911,0)	(97.850,0)
Ajustamentos de inventários	0,0	1,7	(10,2)	0,0	20,6	0,0	10,4	(2,5)	7,9	0,0	(510,9)	(30.264,0)	(6.906,4)
Imparidade de dívidas a receber	(776,9)	(0,7)	(3.052,0)	(1.496,7)	(4.771,0)	(93,6)	(9.413,3)	(145,7)	(9.558,9)	0,0	(1.651,5)	(4.394,0)	(549,7)
Provisões	(13.364,9)	2.419,7	(137,8)	(49,9)	(8.272,4)	(24.247,4)	(32.707,5)	(70.864,7)	(103.572,2)	3.944,3	(71.339,6)	(382,0)	2.255,3
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	(77,1)	0,0	0,0	0,0	592,6	0,0	592,6	0,0	592,6	0,0	(7.424,6)	13.320,0	(568,2)
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	919,3	0,0	0,0	919,3	0,0	919,3	224,0	89.221,4	118.551,0	(625,7)
Outros Rendimentos e Ganhos	744,9	121,7	3.330,0	57.242,9	23.017,9	68.107,3	151.698,1	106.542,5	258.240,6	3.287,4	91.322,4	825.161,0	26.509,7
Outros Gastos e Perdas	(2.922,5)	(452,3)	(9.180,8)	(11.922,4)	(1.981,5)	(3.392,6)	(26.477,3)	(5.272,6)	(31.749,9)	(3.996,6)	(22.953,6)	(108.307,0)	(10.871,5)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**32.219,8**	**1.234,4**	**24.755,5**	**111.732,4**	**(36.737,2)**	**553.988,0**	**653.738,7**	**81.029,6**	**734.768,3**	**(725,6)**	**88.098,2**	**1.785.767,0**	**150.210,8**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(9.809,5)	(612,0)	(10.498,5)	(65.321,9)	(2.761,8)	(203.286,0)	(281.868,3)	(66.626,4)	(348.494,6)	(734,1)	(184.153,1)	(421.907,0)	(58.925,7)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	2.091,0	0,0	0,0	(689,4)	0,0	0,0	(689,4)	(7.713,3)	(8.402,7)	(1.484,4)	(2.391,5)	(4.749,0)	0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**24.501,3**	**622,4**	**14.257,0**	**45.721,1**	**(39.499,0)**	**350.702,0**	**371.181,0**	**6.689,9**	**377.870,9**	**(2.944,1)**	**(98.446,4)**	**1.359.111,0**	**91.285,1**
Juros e Gastos Similares Suportados	(9.127,1)	(18,3)	(39,3)	(6.861,9)	(297.865,2)	(330.134,3)	(634.900,8)	(39.923,3)	(674.824,1)	(12.480,1)	(433.265,0)	(437.841,0)	(141.108,1)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	54,7	7,4	0,0	631,8	242.004,8	5.511,7	248.148,3	3.427,2	251.575,5	325,9	200.416,6	10.528,0	3.128,4
Resultado antes de impostos	**15.428,9**	**611,6**	**14.217,7**	**39.490,9**	**(95.359,4)**	**26.079,4**	**(15.571,5)**	**(29.806,1)**	**(45.377,6)**	**(15.098,3)**	**(331.294,8)**	**931.798,0**	**(46.694,5)**
Imposto sobre o rendimento do período	(919,0)	(78,4)	(7.011,0)	(11.144,6)	6.223,4	(11.315,4)	(23.247,5)	(1.552,1)	(24.799,6)	536,9	71,1	(77.723,0)	(16.385,1)
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	**14.509,9**	**533,2**	**7.206,7**	**28.346,4**	**(89.136,0)**	**14.764,0**	**(38.819,0)**	**(31.358,3)**	**(70.177,2)**	**(14.561,3)**	**(331.223,7)**	**854.075,0**	**(63.079,7)**
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52.860,0	519,9
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	**14.509,9**	**533,2**	**7.206,7**	**28.346,4**	**(89.136,0)**	**14.764,0**	**(38.819,0)**	**(31.358,3)**	**(70.177,2)**	**(14.561,3)**	**(331.223,7)**	**801.215,0**	**(63.599,5)**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					Outras Infraestruturas	Total				
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA						
Vendas e Serviços Prestados	203.241,7	4.627,0	178.096,3	145.794,4	100.388,2	1.679.212,0	2.103.490,9	84.942,8	2.188.433,7	25.972,1	568.557,7	3.985.443,0	272.805,6
Subsídios à exploração	73.606,5	20.530,5	0,0	578,5	39.600,0	4,8	40.183,3	40,3	40.223,5	60,0	134.891,1	80.534,0	35,7
Ganhos / perdas imputados às subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	9,9	0,0	0,0	0,0	9,9	(130,0)	(120,1)	0,0	5.928,1	240.730,0	3.759,6
Variação nos inventários da produção	0,0	(191,8)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39.818,7	39.818,7	0,0	(0,4)	(9.643,0)	318,3
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	767,6	416,5	0,0	0,0	1.184,1	6.464,3	7.648,4	2.684,9	5.258,7	26.897,0	1.007,8
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(96.641,6)	(25,6)	(307,9)	(2.725,7)	(4.326,1)	(908.238,2)	(915.598,0)	(2.562,3)	(918.160,3)	(2.667,1)	(43.157,0)	(300.201,0)	(4.592,5)
Fornecimentos e Serviços Externos	(44.153,0)	(7.232,1)	(14.618,3)	(26.552,8)	(88.041,2)	(187.815,9)	(317.028,2)	(59.840,4)	(376.868,6)	(14.531,7)	(369.949,4)	(2.125.235,0)	(123.249,4)
Gastos Com o Pessoal	(90.325,7)	(16.182,0)	(139.474,9)	(48.906,8)	(77.799,7)	(33.498,1)	(299.679,4)	(24.516,3)	(324.195,7)	(9.870,3)	(261.810,3)	(803.850,0)	(68.111,6)
Ajustamentos de inventários	0,0	(39,2)	0,0	(178,4)	0,0	0,0	(178,4)	(475,8)	(654,1)	0,0	(735,7)	(50.852,0)	(4.438,8)
Imparidade de dívidas a receber	(649,8)	(7,1)	(572,7)	(2.581,1)	(4.978,8)	(3.255,7)	(11.388,3)	42,2	(11.346,1)	0,0	38.664,3	144,0	(1.064,9)
Provisões	(9.665,6)	(641,2)	(1.627,1)	(1.575,8)	(818,9)	(26.393,3)	(30.415,2)	(5.062,7)	(35.477,8)	293,3	(65.949,2)	5.920,0	(5.067,4)
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	1.177,8	0,0	0,0	0,0	1.177,8	0,0	1.177,8	50,0	(6.771,6)	(5.404,0)	(8.959,0)
Aumentos / Reduções de justo valor	(607,6)	0,0	0,0	75,3	0,0	0,0	75,3	0,0	75,3	0,0	(10.382,5)	(166.776,0)	(1.277,5)
Outros Rendimentos e Ganhos	1.890,9	215,1	3.083,5	59.366,5	13.427,1	61.742,3	137.619,4	51.276,0	188.895,5	6.052,4	73.964,6	727.751,0	21.976,5
Outros Gastos e Perdas	(7.468,2)	(444,0)	(13.638,7)	(10.143,2)	(2.234,3)	(4.404,4)	(30.420,5)	(3.142,0)	(33.562,5)	(4.622,0)	(22.352,6)	(137.800,0)	(10.802,4)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**29.227,4**	**609,5**	**12.895,5**	**113.567,3**	**(24.783,6)**	**577.353,5**	**679.032,7**	**86.855,0**	**765.887,6**	**3.421,7**	**46.155,7**	**1.467.658,0**	**72.339,8**
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(10.720,9)	(675,6)	(9.380,0)	(65.099,6)	(3.100,9)	(211.754,7)	(289.335,3)	(64.158,7)	(353.494,0)	(729,5)	(188.347,7)	(449.761,0)	(66.934,6)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	4.063,5	0,0	0,0	(503,5)	0,0	0,0	(503,5)	16.347,0	15.843,5	(3.593,1)	(545,4)	(2.321,0)	0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**22.570,0**	**(66,1)**	**3.515,4**	**47.964,2**	**(27.884,6)**	**365.598,8**	**389.193,9**	**39.043,2**	**428.237,1**	**(900,9)**	**(142.737,4)**	**1.015.576,0**	**5.405,2**
Juros e Gastos Similares Suportados	(11.669,1)	(8,0)	(128,1)	(7.351,7)	(335.842,8)	(311.437,4)	(654.759,9)	(44.610,4)	(699.370,3)	(14.786,9)	(827.914,6)	(461.295,0)	(30.612,1)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	37.989,6	6,2	0,0	908,3	271.941,3	272,3	273.122,0	400,1	273.522,0	1.316,7	17.531,9	10.516,0	4.284,6
Resultado antes de impostos	**48.890,5**	**(67,8)**	**3.387,4**	**41.520,8**	**(91.786,0)**	**54.433,8**	**7.555,9**	**(5.167,1)**	**2.388,8**	**(14.371,1)**	**(953.120,0)**	**564.797,0**	**(20.922,3)**
Imposto sobre o rendimento do período	(7.278,5)	(43,6)	(1.711,7)	(10.762,0)	(327,8)	(17.746,0)	(30.547,5)	(146,2)	(30.693,6)	(130,7)	(120,3)	(53.547,0)	(3.234,0)
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	**41.612,0**	**(111,3)**	**1.675,7**	**30.758,8**	**(92.113,8)**	**36.687,8**	**(22.991,6)**	**(5.313,2)**	**(28.304,8)**	**(14.501,7)**	**(953.240,3)**	**511.250,0**	**(24.156,2)**
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80.297,0	404,6
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	**41.612,0**	**(111,3)**	**1.675,7**	**30.758,8**	**(92.113,8)**	**36.687,8**	**(22.991,6)**	**(5.313,2)**	**(28.304,8)**	**(14.501,7)**	**(953.240,3)**	**430.953,0**	**(24.560,8)**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2013

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					Outras Infraestruturas	Total				
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA						
Total do ativo	**371.223**	**8.791**	**276.013**	**1.814.149**	**5.385.497**	**19.720.727**	**27.196.386**	**3.081.531**	**30.277.917**	**370.669**	**8.440.192**	**17.699.079**	**1.623.967**
Ativo não corrente	*278.610*	*3.405*	*95.342*	*1.665.425*	*62.494*	*18.839.308*	*20.662.569*	*2.612.299*	*23.274.867*	*243.687*	*8.028.378*	*13.487.915*	*841.393*
Ativos fixos tangíveis	162.353	3.375	62.835	1.442.511	34.679	25.260	1.565.286	376.974	1.942.260	169.512	4.398.230	1.914.974	679.220
Propriedades de investimento	121	0	0	69.272	0	126	69.398	1.831.002	1.900.400	30.960	5.866	545.833	7.360
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	297.530	0
Ativos intangíveis	110.452	30	4.115	133.001	1.576	18.725.396	18.864.087	359.419	19.223.506	4	2.155.934	4.688.575	4.220
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18.564	0
Particip. financeiras - equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	536	109.166	485.821	41.220
Participações financeiras - outros métodos	502	0	345	146	12.360	0	12.851	276	13.127	299	28.024	817.871	78.782
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.871
Outros ativos financeiros	4.586	0	0	886	0	0	886	10.428	11.315	42.376	1.331.157	4.350.415	20.765
Ativos por impostos diferidos	596	0	28.047	19.608	13.879	88.526	150.060	34.200	184.260	0	0	368.332	3.955
Ativo corrente	*92.613*	*5.386*	*180.671*	*148.724*	*5.323.003*	*881.419*	*6.533.817*	*469.232*	*7.003.049*	*126.983*	*411.814*	*4.211.165*	*782.573*
Inventários	27.430	338	379	989	33.845	0	35.213	23.467	58.680	14.885	10.570	1.062.225	330.895
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.797	0
Clientes	25.010	298	26.806	28.143	229.011	36.004	319.963	68.025	387.988	3.787	42.347	734.100	102.850
Adiantamentos a fornecedores	21	0	46	3	0	36.534	36.583	885	37.469	5	182	18.328	892
Estado e outros entes públicos	5.490	83	3.125	4.563	5.395	683.255	696.338	1.120	697.458	639	43.138	61.868	4.042
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	253	54	0
Outras contas a receber	27.883	181	49.085	10.652	4.970.526	107.504	5.137.767	236.873	5.374.640	44.779	104.636	271.071	22.211
Diferimentos	1.162	254	33.824	1.519	377	404	36.124	1.224	37.348	258	78.536	32.773	7.278
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	3.383	0	3.383	0	3.383	0	0	249.217	0
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25.107	6.495	0
Ativos não correntes detidos para venda	1.788	0	0	5.804	32	3	5.840	124	5.963	6.094	27.342	845.594	0
Caixa e depósitos bancários	3.830	4.231	67.406	97.050	80.434	17.715	262.605	137.513	400.118	56.535	79.703	926.643	314.404
Total do capital próprio	**(61.644)**	**908**	**87.753**	**1.236.451**	**(1.978.654)**	**972.937**	**318.487**	**495.002**	**813.489**	**72.818**	**(6.918.398)**	**4.100.715**	**210.043**
Capital realizado	1.427.698	7.500	25.000	236.135	451.200	472.990	1.185.325	487.139	1.672.464	169.918	3.379.252	1.027.151	431.966
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	0	4.500	0	0	4.500	0	4.500	18.782	225	0	13.731
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.426
Reservas legais	4.181	45	17.389	22.762	0	65.288	105.439	101	105.540	1.020	131	725.556	29.985
Outras reservas	9.802	3.952	24.115	487.300	0	223.217	734.631	9.203	743.834	0	(318)	9.609	8.961
Resultados transitados	(1.642.662)	(11.297)	14.139	70.358	(2.314.458)	137.582	(2.092.378)	(900.605)	(2.992.983)	(167.161)	(10.936.705)	1.000.228	(382.722)
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	(766)	0	0	59.096	58.330	413	58.743	0	(12.139)	22.445	(4.277)
Excedentes de revalorização	1.039	0	0	0	0	0	0	21	21	0	95.870	0	37.182
Outras variações no capital próprio	139	176	669	387.049	(26.260)	0	361.458	930.089	1.291.547	64.819	886.509	0	66.397
Resultado líquido do período	14.510	533	7.207	28.346	(89.136)	14.764	(38.819)	(31.358)	(70.177)	(14.561)	(331.224)	801.214	(62.736)
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	514.512	(2.869)
Total do passivo	**432.866**	**7.883**	**188.260**	**577.698**	**7.364.150**	**18.747.790**	**26.877.899**	**2.586.529**	**29.464.428**	**297.852**	**15.358.590**	**13.598.364**	**1.413.924**
Passivo não corrente	*149.634*	*1.236*	*137.257*	*459.946*	*6.393.955*	*17.290.320*	*24.281.478*	*2.227.203*	*26.508.681*	*41.262*	*10.564.862*	*9.794.062*	*430.713*
Provisões	37.073	1.236	2.593	5.329	21.162	830.453	859.537	92.276	951.813	11.301	562.152	48.957	11.093
Financiamentos obtidos	62.518	0	7.322	130.258	6.346.533	2.534.548	9.018.662	1.640.337	10.658.998	29.619	9.049.789	5.868.721	380.443
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	46.038	0	126.891	37.362	0	0	164.253	5.509	169.762	0	309.744	77.097	7.528
Passivos por impostos diferidos	504	0	452	108.620	26.260	3.705	139.037	301.817	440.854	0	20.423	382.613	11.491
Outras contas a pagar	3.500	0	0	178.376	0	13.921.613	14.099.990	187.264	14.287.254	342	622.754	3.416.674	20.158
Passivo corrente	*283.233*	*6.647*	*51.004*	*117.752*	*970.195*	*1.457.470*	*2.596.421*	*359.326*	*2.955.747*	*256.590*	*4.793.728*	*3.804.301*	*983.211*
Fornecedores	30.094	413	3.860	4.950	104.151	25.703	138.662	33.112	171.774	3.413	186.365	184.118	17.710
Adiantamentos de clientes	150.087	0	196	145	17.281	10.521	28.144	38	28.182	525	545	1.722	14.047
Estado e outros entes públicos	5.692	1.091	4.803	4.581	10.715	2.015	22.115	7.928	30.043	942	7.886	79.761	21.663
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	1
Financiamentos obtidos	11.886	900	2.497	30.906	837.567	668.545	1.539.515	219.297	1.758.812	153.696	3.570.228	2.564.167	200.052
Outras contas a pagar	22.272	3.243	37.185	24.405	0	740.464	802.054	68.893	870.947	80.834	335.477	880.377	235.415
Diferimentos	673	1.000	2.462	50.473	481	10.222	63.638	30.058	93.696	17.179	17.502	94.138	494.324
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	2.294	0	0	2.294	0	2.294	0	69.159	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	606.568	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	62.529	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Capital Próprio + Passivo	**371.223**	**8.791**	**276.013**	**1.814.149**	**5.385.497**	**19.720.727**	**27.196.386**	**3.081.531**	**30.277.917**	**370.669**	**8.440.192**	**17.699.079**	**1.623.967**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes					Outras Infraestruturas	Total				
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA						
Total do ativo	**375.876**	**8.786**	**288.933**	**1.799.688**	**5.266.452**	**19.015.533**	**26.370.606**	**3.392.030**	**29.762.635**	**513.069**	**8.655.234**	**19.898.055**	**1.671.513**
Ativo não corrente	*283.856*	*3.056*	*95.326*	*1.670.294*	*49.701*	*18.262.699*	*20.078.021*	*2.610.541*	*22.688.562*	*392.625*	*8.286.923*	*13.541.085*	*898.336*
Ativos fixos tangíveis	169.539	3.021	59.669	1.442.451	36.010	26.308	1.564.437	522.460	2.086.897	316.295	4.506.564	1.925.721	737.027
Propriedades de investimento	141	0	0	72.679	0	131	72.810	1.679.294	1.752.104	30.736	4.140	440.836	7.405
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	299.638	0
Ativos intangíveis	108.608	35	5.846	132.348	1.974	18.159.251	18.299.420	364.480	18.663.900	11	2.215.284	4.722.248	3.313
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.613	0
Participações financeiras - método da equivalência pat	0	0	0	0	11.717	0	11.717	5	11.722	541	91.255	468.863	39.165
Participações financeiras - outros métodos	502	0	170	146	0	0	316	276	592	299	27.997	1.142.325	80.824
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.899
Outros ativos financeiros	4.663	0	0	434	0	0	434	8.534	8.968	44.680	1.441.683	4.166.856	20.521
Ativos por impostos diferidos	403	0	29.642	22.236	0	77.009	128.887	35.493	164.380	63	0	356.985	4.181
Ativo corrente	*92.020*	*5.730*	*193.607*	*129.393*	*5.216.751*	*752.833*	*6.292.585*	*781.488*	*7.074.073*	*120.444*	*368.310*	*6.356.970*	*773.177*
Inventários	24.636	132	336	913	34.474	0	35.723	424.168	459.891	15.017	10.656	1.227.997	397.343
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.849	0
Clientes	16.402	158	23.623	29.405	97.500	27.050	177.578	3.553	181.131	2.308	26.866	783.198	60.761
Adiantamentos a fornecedores	31	1	40	1.920	0	16.151	18.111	1.063	19.174	136	160	7.088	365
Estado e outros entes públicos	1.227	72	0	1.134	2.023	592.443	595.600	4.603	600.203	3.027	37.823	51.714	3.563
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1.470	0	0
Outras contas a receber	28.333	641	32.336	8.363	4.851.570	80.559	4.972.828	133.755	5.106.583	33.686	120.752	239.654	19.260
Diferimentos	1.084	267	37.816	1.417	2.663	504	42.400	1.082	43.482	329	68.272	28.455	7.957
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	16.244	0	16.244	0	16.244	0	0	2.453.854	0
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.232	10.188	17.265	0
Ativos não correntes detidos para venda	1.788	0	0	5.804	32	3	5.840	0	5.840	6.802	34.865	774.889	0
Caixa e depósitos bancários	18.519	4.459	99.456	80.437	212.246	36.122	428.261	213.263	641.524	51.907	57.259	770.007	283.928
Total do capital próprio	**(76.495)**	**276**	**85.131**	**1.215.358**	**(1.884.258)**	**949.183**	**365.414**	**501.077**	**866.491**	**148.041**	**(7.052.253)**	**3.709.635**	**271.199**
Capital realizado	1.427.698	7.500	25.000	236.135	430.200	464.000	1.155.335	487.139	1.642.474	200.366	2.903.823	1.027.151	431.966
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	0	4.500	0	0	4.500	0	4.500	36.597	225	0	13.731
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	0	74.426
Reservas legais	2.100	31	16.840	18.592	0	63.454	98.885	101	98.986	936	131	730.231	28.487
Outras reservas	9.802	3.952	24.063	479.890	0	188.363	692.316	9.203	701.519	223	(1.607)	86.795	9.387
Resultados transitados	(1.682.378)	(11.172)	17.678	49.086	(2.222.344)	141.476	(2.014.105)	(889.688)	(2.903.793)	(153.883)	(9.983.883)	1.075.583	(360.593)
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	(766)	0	0	55.203	54.436	414	54.850	0	(18.244)	(323.862)	(4.298)
Excedentes de revalorização	844	0	0	0	0	0	0	35	35	0	94.423	0	37.226
Outras variações no capital próprio	176	76	641	396.396	0	0	397.038	899.187	1.296.225	78.143	906.118	0	67.147
Resultado líquido do período	41.612	(111)	1.676	30.759	(92.114)	36.688	(22.992)	(5.313)	(28.305)	(14.502)	(953.240)	430.954	(23.752)
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	682.783	(2.527)
Total do passivo	**452.371**	**8.510**	**203.802**	**584.330**	**7.150.710**	**18.066.350**	**26.005.192**	**2.890.952**	**28.896.144**	**365.027**	**15.707.487**	**16.188.418**	**1.400.314**
Passivo não corrente	*166.504*	*3.851*	*146.821*	*459.867*	*6.360.783*	*17.410.711*	*24.378.182*	*2.572.520*	*26.950.702*	*102.750*	*12.414.648*	*9.175.276*	*928.231*
Provisões	50.463	3.851	5.453	6.191	12.889	824.370	848.903	27.285	876.188	59.585	505.601	56.137	10.949
Financiamentos obtidos	64.243	0	9.819	130.346	6.347.894	2.485.009	8.973.067	1.684.032	10.657.099	42.804	9.367.545	5.824.821	390.525
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	48.135	0	130.954	39.696	0	0	170.650	5.836	176.485	0	381.336	104.871	13.973
Passivos por impostos diferidos	164	0	596	58.935	0	7.599	67.129	324.205	391.334	0	19.555	395.053	13.813
Outras contas a pagar	3.500	0	0	224.699	0	14.093.734	14.318.433	531.162	14.849.595	361	2.140.612	2.794.394	498.972
Passivo corrente	*285.867*	*4.659*	*56.981*	*124.463*	*789.927*	*655.638*	*1.627.009*	*318.433*	*1.945.442*	*262.278*	*3.292.838*	*7.013.142*	*472.083*
Fornecedores	35.054	389	3.839	6.689	98.225	11.991	120.744	45.482	166.226	5.908	114.245	172.085	18.026
Adiantamentos de clientes	150.521	0	69	245	16.959	4.014	21.287	7	21.294	2.525	545	1.151	13.843
Estado e outros entes públicos	12.318	968	4.714	8.353	2.422	5.756	21.244	2.430	23.674	1.388	9.304	74.637	13.432
Accionistas / sócios	0	0	0	0	75	0	75	0	75	0	10	18	0
Financiamentos obtidos	1.902	0	2.497	35.988	614.434	478.696	1.131.615	148.458	1.280.073	151.651	2.443.303	3.315.829	159.118
Outras contas a pagar	28.419	2.354	34.638	20.253	1.255	144.852	200.998	97.840	298.838	83.087	341.565	1.317.069	194.641
Diferimentos	452	948	11.225	52.935	11.590	10.329	86.079	24.217	110.296	17.719	17.690	91.831	73.023
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	44.966	0	44.966	0	44.966	0	135.181	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	230.994	2.040.522	0
Passivos não correntes detidos para venda	57.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de Capital Próprio + Passivo	**375.876**	**8.786**	**288.933**	**1.799.688**	**5.266.452**	**19.015.533**	**26.370.606**	**3.392.030**	**29.762.635**	**513.069**	**8.655.234**	**19.898.053**	**1.671.513**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2013/2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2013	2012
Custos e Perdas		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	(1.371.581)	(1.412.496)
Fornecim. e serviços externos	(748.289)	(795.415)
Custos com pessoal	(2.443.181)	(2.409.500)
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	(169.931)	(191.320)
Outros custos operacionais	(4.695)	(5.557)
Custos Operacionais	*(4.737.677)*	*(4.814.288)*
Custos e perdas financeiros	(11.315)	(11.734)
Custos e perdas extraordinárias	(73.448)	(89.092)
Impostos s/ rendim. exercício	(6.516)	(5.899)
TOTAL	**(4.828.956)**	**(4.921.013)**
Proveitos e Ganhos		
Vendas e Prest. Serviços	4.208.346	4.219.349
Variação da Produção	0	3
Trab. para a própria empresa	0	6
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	6.205	12.776
Reversões de Amortiz. e Ajust.	0	16
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	192.498	196.329
Proveitos Operacionais	*4.407.049*	*4.428.479*
Proveitos e ganhos financeiros	11.258	36.925
Proveitos e ganhos extraordinários	179.533	114.604
TOTAL	**4.597.840**	**4.580.009**
Resultados operacionais		
Antes de subsídios / IC's	**(336.832)**	**(398.585)**
Após subsídios / IC's	**(330.627)**	**(385.809)**
Resultados financeiros	**(58)**	**25.192**
Resultados correntes	**(330.685)**	**(360.618)**
Resultados extraordinários	**106.085**	**25.512**
Resultados Líquidos	**(231.116)**	**(341.004)**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2013/2012

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde 2013	Saúde 2012
Ativo		
Imobilizado	**1.777.372**	**1.807.426**
Imobilizações incorpóreas	1.225	1.686
Imobilizações corpóreas	1.771.443	1.791.026
Investimentos financeiros	4.703	14.714
Bens de domínio público	**83.056**	**88.068**
Circulante	**141.983**	**145.250**
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	**10.912**	**4.302**
Dívidas de terceiros - Curto prazo	**859.285**	**1.071.691**
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	**294.571**	**266.780**
Acréscimos e diferimentos	**2.437.654**	**1.688.050**
Acréscimos de proveitos	2.435.256	1.686.800
Custos diferidos	2.398	1.249
Total do ativo líquido	**5.604.833**	**5.071.567**
Capital próprio		
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	1.891.742	1.891.742
Reservas	1.325.583	1.265.170
Resultados transitados	(2.708.697)	(2.360.221)
Resultado líquido do exercício	(231.116)	(341.004)
Total do capital próprio	**277.513**	**455.686**
Passivo		
Provisões	**55.661**	**52.180**
Pensões	1.201	0
Outras	54.460	52.180
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	**86.038**	**102.310**
Empréstimos - MLP	58.200	58.213
Fornecedores - MLP	24.581	39.377
Outros débitos - MLP	3.258	4.719
Dívidas a terceiros - Curto prazo	**4.449.420**	**3.697.452**
Empréstimos - CP	416.219	414.032
Fornecedores - CP	1.270.048	1.263.811
Fornecedores de imobilizado - CP	31.846	41.310
Adiantamento de Clientes	2.310.286	1.559.353
Outros débitos - CP	421.021	418.947
Acréscimos e diferimentos	**736.200**	**763.939**
Acréscimos de custos	505.577	524.639
Proveitos diferidos	230.623	239.300
Total do passivo	**5.327.320**	**4.615.880**
Total do c. próprio e passivo	**5.604.833**	**5.071.567**

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2013/2012

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2013	2012
Margem financeira alargada	**930.744**	**1.357.209**
Juros e rendimentos similares	3.615.140	4.725.100
Juros e encargos similares	-2.756.879	-3.485.628
Rendimentos de instrumentos de capital	72.483	117.738
Rendimento de serviços e comissões	680.087	711.008
Encargos com serviços e comissões	-158.044	-168.450
Resultado em operações financeiras	267.145	362.934
Outros resultados de exploração	-19.455	36.508
Produto da actividade financeira	**1.700.477**	**2.299.210**
Margem técnica da actividade de seguros	**3.949**	**4.068**
Produto da actividade bancária e seguradora	**1.704.426**	**2.303.277**
Custos com Pessoal	-792.879	-734.784
Outros gastos administrativos	-469.401	-476.276
Depreciações e amortizações	-131.762	-138.446
Provisões líquidas de anulações	1.757	-75.379
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-817.759	-1.010.304
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-309.484	-389.516
Resultados em filiais detidas para venda	135.810	95.521
Resultados em empresas associadas	5.030	4.029
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	**-674.262**	**-421.878**
Impostos sobre lucros:		
Correntes	6.328	-96.871
Diferidos	156.887	173.590
	163.215	76.719
Resultado líquido consolidado do exercício	**-511.047**	**-345.160**
Interesses minoritários	-64.738	-49.556
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD	**-575.785**	**-394.715**
Número médio de acções ordinárias emitidas	1.180.000.000	1.105.000.000
Resultado por acção (euros)	**-0,49**	**-0,36**

Fonte: Relatório e contas consolidado

11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2013/2012

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2013	2012
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.545.339	1.603.281
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.036.504	1.302.012
Aplicações em instituições de crédito	1.774.802	2.517.400
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	3.213.751	3.998.698
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.582.154	20.576.477
Ativos financeiros com acordo de recompra	705.636	504.160
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	0	1.148.225
Derivados de cobertura com reavalização positiva	45.458	98.725
Investimentos a deter até à maturidade	0	2.469.277
Créditos a clientes	70.074.462	74.734.584
Ativos não correntes detidos para venda	13.455.813	677.623
Propriedades de Investimento	340.055	534.238
Outros ativos tangíveis	621.816	903.607
Ativos intangíveis	193.683	412.883
Investimentos em associadas	42.311	217.603
Ativos por impostos correntes	128.236	60.862
Ativos por impostos diferidos	1.377.932	1.467.789
Provisões técnicas de resseguro cedido	5.547	197.427
Outros ativos	2.819.339	3.433.757
Ativo líquido	**112.962.840**	**116.858.627**
Passivo	**106.141.673**	**109.578.581**
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	9.734.649	12.226.705
Recursos de clientes e outros empréstimos	67.824.469	71.355.037
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	0	1.148.225
Responsabilidades representadas por títulos	8.791.387	10.590.627
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.644.832	2.217.043
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	65.110	84.479
Passivos não correntes detidos para venda	11.590.700	100.746
Provisões para benefícios a empregados	539.438	549.950
Provisões para outros riscos	341.807	422.854
Provisões técnicas de contratos de seguro	10.108	4.224.143
Passivos por impostos correntes	64.952	184.063
Passivos por impostos diferidos	178.715	190.650
Outros passivos subordinados	2.523.700	2.889.067
Outros passivos	2.831.807	3.394.992
Capital próprio	**6.821.167**	**7.280.046**
Capital	5.900.000	5.900.000
Reservas de justo valor	63.074	-189.664
Outras reservas e resultados transitados	409.739	979.109
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	-575.785	-394.715
Interesses minoritários	1.024.139	985.316
Passivo + Capital próprio	**112.962.840**	**116.858.627**

Fonte: Relatório e contas consolidado

11.12. Legislação

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
Privatizações, Alienações, Extinções e Reestruturações			
2ªS C	04-01-2013	Despacho n.º 96/2013	Despacho - Garantia e prestação pecuniária inicial no âmbito da privatização da ANA
1ªS	18-01-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2013	Ratifica o Memorando de Entendimento celebrado, em 20 de julho de 2012, entre o Estado Português e o Município de Lisboa e todos os demais atos praticados ou a praticar na sua decorrência
1ªS	14-02-2013	Decreto Legislativo Regional n.º 7/2013/M	Extingue a RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A.
1ªS	19-02-2013	Decreto-Lei n.º 27/2013	Procede à extinção da pessoa coletiva Hospitais Civis de Lisboa e transfere para o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E., o património que subsista na sua titularidade
2ªS C	26-02-2013	Despacho n.º 3019/2013	Alienação de Acções da EDP
1ªS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 68/2013	Procede à transferência de competências do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., exercidas pelo Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães daquele instituto, para o Centro Hospitalar do
1ªS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 69/2013	Procede à criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., e do Hospital de Faro, E.P.E
1ªS	17-05-2013	Decreto-Lei n.º 66/2013	Procede à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região
1ªS	24-04-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2013	Determina a conclusão do processo de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.
2ªS C	29-05-2013	Despacho n.º 6948/2013	Garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela ANA- Aeroportos de Portugal, S.A. Junto do Banco
1ªS	12-06-2013	Decreto-Lei n.º 80/2013	Aprova o processo de alienação, direta ou indireta, do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.
1ªS	05-04-2013	Decreto-Lei n.º 48/2013	Altera o regime aplicável à direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira»
1ªS	30-07-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2013	Delega na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia a prática de atos associados ao contrato de concessão de serviço público aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal, S. A., e ao Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira conducente à integração dos aeroportos situados nesta região autónoma na rede aeroportuária
1ªS	31-07-2013	Decreto-Lei n.º 108/2013	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, com vista à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional gerida pela ANA -
1ªS	01-08-2013	Decreto-Lei n.º 109/2013	Procede à extinção da Fundação Alter Real instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação
2ªS C	01-08-2013	Despacho n.º 10150-A/2013	Delegação de competências no Secretário de Estado do Tesouro para a celebração de retificação de anexo ao Contrato de Concessão de serviço público aeroportuário com a ANA, ao contrato administrativo e ao
2ªS C	27-08-2013	Despacho n.º 11029/2013	Composição do Júri do processo da ENVC
1ªS 1ªS	30-08-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013	Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho
2ªS C 1ºS	04-09-2013	Despacho n.º 11536-A/2013	Nomeia os membros da Comissão Especial para o acompanhamento do processo de reprivatização das
1ªS 1ªS	06-09-2013	RCM 57-C/2013	Determina a admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar na fase subsequente do processo de venda por venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos
2ªS	19-09-2013	Despacho n.º 12031/2013	Segunda fase do processo Empresas Seguradoras
1ªS	06-09-2013	Decreto-Lei n.º 129/2013	Aprova o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A.
2ªS 1ªS	09-12-2013	Despacho n.º 15982-A/2013	Fixa o preço de venda das ações representativas do capital social da CTT - Correios de Portugal, S. A. (CTT, S.
1ªS	20-09-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2013	Concretiza o valor unitário das ações integradas no lote reservado a trabalhadores da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., nos termos do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2012, de 7 de dezembro,
1ªS	24-07-2013	Decreto-Lei n.º 98/2013	Procede à afetação à sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a
2ªS C 1ºS	29-08-2013	Despacho n.º 11215-A/2013	Cria um grupo de trabalho com objetivo de apresentar ao Governo as recomendações relativamente ao investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado
1ºS 1ºS	11-10-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2013	Aprova as condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda direta institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT, S. A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, nomeadamente quanto ao preço
1ºS 1ºS	11-10-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-B/2013	Constitui a comissão especial de acompanhamento para o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro
2ªS C	14-11-2013	Despacho n.º 14705/2013	Nomeia os membros da comissão especial para o acompanhamento do processo de privatização da CTT -
1ºS 1ºS	18-11-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-B/2013	Determina os termos e as condições aplicáveis à venda das ações dos CTT - Correios de Portugal, S. A., no âmbito, da oferta pública de venda e da venda direta institucional
1ºS	19-11-2013	Decreto-Lei n.º 160/2013	Procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, e à quarta alteração às bases da concessão do
2ªS C	26-11-2013	Despacho n.º 15378/2013	Prorroga o prazo para as entidades a que se refere o n.º 1 do artigo do artigo 2º do caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos que integra o anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, procederem à apresentação de
2ªS C	02-12-2013	Despacho n.º 15750-B/2013	Despacho que subdelega competências no Secretário de Estado das Finanças para fixar, em nome do Governo, o preço das ações a alienar na OPV dos CTT
1ºS	09-12-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013	Define o lote de ações destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam
2ªS C 2º S	11-12-2013	Despacho n.º 16110-A/2013	Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.- Garantia Bancária
2ªS C 2º S	11-12-2013	Despacho (extrato) n.º 16110-B/2013	Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A. - Prestação pecuniária
SEE			
1ªS	17-01-2013	Portaria n.º 16/2013	Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 9/ 2012, de 10 de janeiro
1ªS	18-02-2013	Lei n.º 18/2013	Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, bem como a alterar os regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial
1ªS	03-10-2013	Decreto-Lei n.º 133/2013	Aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial
2ªS 1ºS	04-11-2013	Despacho n.º 14181-A/2013	Determina o aumento do capital estatutário das entidades públicas empresariais, realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de
1ºS	12-11-2013	Decreto-Lei n.º 157/2013	Procede à alteração da denominação do Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E.P.E., criado pelo Decreto-Lei
1ºS	19-11-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013	Determina o processo de criação de uma instituição de crédito a denominar Instituição Financeira de Desenvolvimento
1ªS	16-12-2013	Decreto-Lei n.º 165/2013	Transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à reestruturação e redenominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-
2ªS D	16-12-2013	Instrução n.º 2/2013	Tribunal de Contas - Instruções para prestação de contas das entidades do setor empresarial do Estado